



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP
Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN
Secretaria Executiva da COFLEX
Esplanada dos Ministérios - Bloco "K" - 5.º Andar

CARTA CONSULTA

Programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis Primeira Etapa

Nº Carta Consulta: 60258

Processo: 03400.000501/2016-47

Mutuário: Município de Vitória - ES

Tipo de Operação: Operação de crédito externo

Data de Recebimento: 17 de Março de 2017

Fontes Internas:

Contrapartida Financeira: US\$ 25.000.000,00

Fontes Externas:

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID: US\$ 100.000.000,00



Sumário

1. MARCO DE REFERÊNCIA	02
1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO	02
1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA	06
1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	07
2. PROJETO	08
2.1. TÍTULO	08
2.2. TÍTULO ABREVIADO	08
2.3. MUTUÁRIO	08
2.4. TIPO OPERACAO	08
2.5. PROJETO/OBJETIVO	08
2.6. PROJETO/INDICADORES	08
2.7. PROJETO/COMPONENTES	10
2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS	24
2.9. PROJETO/ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	28
2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO	28
2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO	29
2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO	29
3. FINANCIAMENTO	29
3.1. FINANCIAMENTO/FONTE	29
3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS	29
4. EXECUÇÃO	29
4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL	29
4.2. EXECUÇÃO/EXECUTORES	30
4.3. EXECUÇÃO/PRAZO	30
4.4. EXECUÇÃO/CRONOGRAMA	30
5. RISCOS	33
5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS	33
5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES	33
5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES	33
5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS	33
5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS	33
5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS	33
5.7. RISCOS/OUTROS	33
5.8. EXECUÇÃO/CONTATOS	33



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

Vitória é a capital do Estado do Espírito Santo, um dos quatro estados que compõe a Região Sudeste. Sua fundação data de 08 de setembro de 1551 e sua emancipação política aconteceu em 24 de fevereiro de 1823, por meio de um Decreto-Lei Imperial que concedeu Fórum de Cidade a Vitória. O Município integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), juntamente com os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha, Fundão e Guarapari.

Seu território é limitado ao Norte pelo município de Serra, ao Sul pelo município de Vila Velha, a Oeste com a cidade de Cariacica e a Leste como Oceano Atlântico (ANEXO 1 - FOTO AÉREA DA CIDADE). O Município é constituído de uma ilha principal, com área de 29,31km²; uma parte continental, situada ao Norte, com extensão de 39,66 km²; as Ilhas Oceânicas de Trindade e o Arquipélago de Martin Vaz, situados a 1.140 km da costa, com área de 10,92 km²; e também diversas ilhas menores no seu entorno que, juntamente com sua baía, compõem o território total de 97,96 km², de acordo com o mapa Áreas Territórios do Município de Vitória, disponível em http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/dados/Territorio/AREAS_TERRITORIAS_2014_NOVO.pdf (ANEXO 1A - ÁREAS TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA). A cidade conta com 80 (oitenta) bairros distribuídos em 09 (nove) Regiões Administrativas

Com uma população total de 327.801 habitantes (IBGE, 2010) e densidade demográfica de 3.338,30 habitantes/km², Vitória apresenta-se como o município mais urbanizado do Espírito Santo, aproximadamente 59,06 km², perfazendo um total de 60,28% do seu território (Vitória em dados, 2014).

A organização da cidade em regiões administrativas visa a maior eficiência dos serviços públicos (ANEXO 2 - MAPA DAS REGIONAIS). Essa divisão contribui para uma gestão descentralizada, mais próxima do munícipe, do contribuinte e do nosso objetivo principal: o bem estar social da população.

Em relação aos aspectos sociais, Vitória apresenta um elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que é de 0,845 na cidade (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010), colocando-a em primeiro lugar no Espírito Santo, em segundo lugar entre as capitais brasileiras e em quarto lugar em relação ao conjunto dos municípios brasileiros.

Em relação aos aspectos econômicos, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da cidade é o maior entre as capitais brasileiras (R\$ 66.375,05 - IBGE, 2014). Em termos gerais, a economia de Vitória é voltada às atividades portuárias, ao comércio, à indústria, à prestação de serviços e ao turismo. Atualmente, seguindo uma trajetória semelhante à da própria economia brasileira, a indústria em Vitória vem perdendo participação no PIB municipal concomitante ao aumento do setor de serviços, embora muitos deles ainda estejam conectados com a indústria (os chamados "serviços industriais", de apoio à atividade industrial). Na última pesquisa sobre PIB municipal quase 50% da geração da riqueza concentrava-se nesse setor.

Vitória tem uma taxa de desemprego de 7,25% e uma taxa de informalidade de 30%, dados inferiores ao do Estado do Espírito Santo, que apresenta 46% de taxa de informalidade (IBGE, 2010). Em relação ao rendimento do trabalho, os dados apontam que 34% da população economicamente ativa tem rendimento abaixo de 02 salários mínimos e apenas 3,02% recebe rendimentos acima de 20 salários mínimos, ao mesmo tempo que o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 28,7%. Uma análise comparativa dos dados em questão revelou que os trabalhadores com empregos formais possuem um grau elevado de escolaridade, com mais de 66% deles apresentando ensino médio completo ou diploma universitário, o que encerra uma contradição quando observado o percentual de famílias com baixos salários (IBGE, 2010). Explica-se essa discrepância: os dados apresentados pelo estudo Agenda Vitória 2008-2028 mostram que a demanda por trabalhadores na cidade de Vitória se concentra em áreas que exigem pouca qualificação, mesmo que para efeito de seleção dos trabalhadores para as vagas disponíveis exija-se alto nível de escolaridade.

A capital apresenta bons indicadores de saúde, como a elevada esperança de vida ao nascer (76,28 anos, superando a média nacional de 75,44 anos) e baixas taxas de mortalidade infantil (9,78 por mil nascidos vivos, enquanto a taxa nacional atinge 13,82). A relação de médicos e leitos hospitalares por habitante é considerada excelente no Município, o que se deve ao seu papel de centro de referência estadual e, particularmente, da região metropolitana (IBGE / DATASUS).

Apesar do alto PIB per capita e da pouca presença de população abaixo da linha de pobreza, uma desigualdade importante é revelada quando os indicadores são territorializados - por isso o Índice de Gini, desenvolvido para medir a desigualdade social, é alto. O expressivo resultado deste índice (0,6214 em Vitória, IBGE/ 2010) mostra uma significativa desigualdade na distribuição de renda e riqueza entre os cidadãos do Município que se evidencia territorialmente (ANEXO 3 - MAPA RENDIMENTO MEDIO MENSAL POR BAIRRO).

O desenvolvimento urbano da cidade de Vitória parte de um cenário dos tempos da Capitania Hereditária, quando se tornou porta de exportação dos recursos naturais oriundos das Minas Gerais. Assim, fixou-se uma economia baseada na exportação desde os primórdios do desenvolvimento local.



Até os anos 40 e 50 do século passado, a ocupação do solo de Vitória concentrava-se basicamente no bairro de Santo Antônio - porta de entrada da Baía Noroeste, na foz do Rio Santa Maria, até então não explorada - e no Centro de Vitória, onde se estabeleceram a sede do governo e as atividades portuárias na Baía de Vitória. Na segunda metade do século XX, as principais atividades portuárias eram de exportação de minerais, produtos agrícolas e importação de bens e serviços. O comércio, em sua grande maioria, ligado à atividade governamental ou à atividade popular.

Durante o século XX, os cafezais se destacavam como carro chefe da produção agrícola capixaba, grande responsável pela manutenção do cidadão no campo. Com os grandes valores do grão no exterior, essa economia se consolidou como a principal renda interna do Estado e principal empregadora de mão de obra, o que gerava grande movimentação no Porto de Vitória.

No Governo de Muniz Freire, um projeto audacioso elaborado em 1896 e executado ao longo do século XX pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, foi determinante para o planejamento e para a expansão na direção nordeste da cidade, aterrando e urbanizando uma grande área nos territórios Centro/Camburi (ANEXO 4 - MAPA ANOS 1950). Assim, a ocupação urbana se estendeu para além da região portuária e se desenvolveu onde hoje se localiza a área da cidade com maior e melhor infraestrutura urbana, com equipamentos públicos de qualidade, serviços e comércio de toda ordem. Esta intervenção, além de seus benefícios na busca de ampliação da ocupação do território, trouxe em seu cerne uma das primeiras agressões ambientais na cidade: o aterro de praias, de áreas de manguezal e uma gama de agressões não dimensionáveis aos ecossistemas de manguezais, restinga e à vida marinha, dando início a um processo de urbanização, que segue até os dias de hoje, concentrado na região nordeste da cidade.

A partir dos anos 50 do século passado, uma crise severa se abateu sobre a agricultura cafeeira, abalando sua economia, pois a oferta era muito maior que a procura. A elevação da oferta acarretou na queda do preço do café no mercado e, conseqüentemente, no desemprego no campo.

Como decorrência, dessa situação o governo promoveu a erradicação dos cafezais, trazendo como consequência mais visível, a falta de trabalho no campo, iniciando-se o êxodo rural em busca de alternativas de sobrevivência. Neste ínterim, Vitória começa a receber migrantes com poucas posses e sem perspectiva de trabalho e renda, que viam na capital a esperança de um novo trabalho e sobrevivência. Esse foi o início da ocupação sem planejamento urbano em territórios inapropriados da Capital que, por se tratarem de ativos ambientais e de áreas de risco, esses locais viriam a formar a cidade invisível ou informal na região noroeste da cidade.

Nos anos 1960 e 1970, o Estado do Espírito Santo, governado por Christiano Dias Lopes (1967-1971), em conjunto com o Governo Federal, propõe e implanta projeto de industrialização como alternativa à queda de receitas e o aumento do desemprego. Mais uma vez os Grandes Projetos são destinados à mesma região nordeste instalando áreas de complexo siderúrgico, naval, para-químico, portuário, além do incentivo ao turismo (ANEXO 5 - MAPA ANOS 1960 e ANEXO 6 - MAPA ANOS 1970).

Neste período foi projetado e construído um grande complexo, uma grande planta portuária na Ponta do Tubarão, com o objetivo de exportação de minério, madeira e outros produtos não manufaturados. Mais tarde, com a expansão da monocultura de eucalipto tal porto foi utilizado para a exportação dessa matéria-prima.

Neste complexo se instalaram a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica do Tubarão - CST (hoje Arcelor Mittal Tubarão). O processo de construção desse grande complexo portuário atraiu mais de dez mil trabalhadores oriundos de todo o país.

Após sua conclusão, a grande maioria ficou desempregada, sem ter como retornar as suas cidades ou estados, sem condições de morar dignamente e sem qualificação para ser incorporada à formalidade do mercado. Este contingente humano, com suas famílias, aos poucos foi ocupando a região noroeste da cidade onde se localizava um grande lixão, uma vez que não havia ainda preocupação com a preservação ambiental e, menos ainda, com sistemas de controle de seus resíduos.

"(...) Foi a partir de 1977 que teve início o processo de invasão da região do contorno da ilha, formado por manguezais e morros, utilizado pela prefeitura para despejar todo o lixo da cidade. Nos anos seguintes, a invasão que teve início no mangue, compreendia uma extensão de quase cinco quilômetros; em 1980, congregava cerca de 15 mil habitantes" (VASCONCELOS, 1992: 138-139).

Ocorreu, a partir daí, a invasão e a ocupação do nosso maior ativo ambiental: o manguezal da Baía Noroeste. Este contingente humano passou a viver junto ao lixão - convivendo e muitas vezes sobrevivendo dele.

Muitos são os estudos e pesquisas sobre o fenômeno desta ocupação socioespacial desigual, como já citado. Citamos mais alguns trechos:



"Famílias ocuparam o manguezal pelo lado oeste da ilha e foram se ajeitando ao longo da rodovia Serafim Derenzi, dando origem aos bairros São Pedro I, II, III, IV, V e VI" (GURGEL; PESSALI, 2004: 27).

'Antes da chegada dos migrantes na região da chamada, anteriormente, Ilha das Caieiras, ela era conhecida por seu ar bucólico e servia de moradia para pescadores e lavadeiras e engloba, hoje, os bairros de Comdusa, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Redenção, Resistência, São José, Santo André, São Pedro e Santos Reis" (MATTOS; ROSA, 2012).

"O que aconteceu em São Pedro é sintomático dos rumos que a cidade foi tomando. Isto porque uma parte de seus moradores passou a ser constituída por migrantes que, em busca de oportunidades de empregos prometidos pelos Grandes Projetos, começaram a chegar em Vitória a partir de 1975. A cidade recebeu migrantes do sul da Bahia, do norte de Minas Gerais, da Zona da Mata mineira, do norte do Rio de Janeiro. Segundo dados correntes, em 1980 Vitória tinha 207.747 habitantes, sendo que 103.080, ou seja, 49,6% eram constituídas por pessoas consideradas carentes" (VASCONCELLOS, 1992: 139).

'O 'lixão' de São Pedro, como era chamado o local de despejo do lixo da cidade de Vitória, foi, gradativamente, tornando-se uma fonte de sobrevivência de centenas de pessoas: inicialmente com coleta e venda de papéis, plásticos, vidros, etc., e com o reaproveitamento de restos alimentares, e, posteriormente, como espaço usado para moradores mediante a construção de barracos sobre o lixo já assentado" (SIQUEIRA apud MATTOS; ROSA, 2012: 9).

A título de comparação: a população de Vitória em 1940, início do processo de urbanização, era de apenas 45.212 habitantes. Em 1950, teve um crescimento de cerca de 10%. Em 1960, já com o Novo Arrabalde instalado na região nordeste da cidade, com a crise do café e consequente migração das pessoas no sentido campo-cidade, a população foi para 85.242 habitantes - quase 100% de crescimento em 20 anos. Com o início da planta industrial do complexo do Tubarão em 1970, observando a repercussão da migração demandada pelos Grandes Projetos, a população atingiu em 1980 o expressivo número de 207.747 habitantes, um incremento de cerca de 150% em 20 anos, enquanto no período de 1980 a 2000 a população atingiu 292.304 habitantes, com uma taxa de crescimento de menos que 50% (IBGE, 2010).

Os governantes de então não deram a devida atenção às questões sociais, à miséria e ao desemprego, assim como ao meio ambiente. Seus interesses se voltavam mais para as questões da economia formal, especialmente ligadas à expansão industrial, sem preocupações com as consequências socioambientais.

As condições subumanas daquela concentração populacional em toda a região da Baía Noroeste foram estabelecendo a desigualdade social espacialmente localizada, com geração de bolsões de miséria, objeto de denúncias por parte dos movimentos sociais e religiosos. Tal cenário de degradação humana levou os jornalistas e realizadores audiovisuais Amylton de Almeida e Carlos Henrique Gobbi a filmarem o documentário "Lugar de Toda Pobreza - São Pedro", que chamou a atenção da comunidade nacional e internacional. Estes movimentos e o impacto do filme alavancaram, ainda na década de 80 e no pós-80 do século XX, o acesso aos primeiros recursos que deram início à delimitação espacial do manguezal e impediram novas invasões. Ao mesmo tempo, foi iniciada a retirada dessa comunidade das condições subumanas de sobrevivência dentro do lixo, sobre o manguezal. Houve avanços com relação ao acesso à saúde e à educação, embora ainda de forma precária; com tentativas de oportunizar trabalho e renda, mas sem efetiva urbanização com equipamentos socioculturais qualificados, ou uma efetiva incorporação do território e das pessoas à cidade formal que seguia se modernizando e qualificando cada dia mais, aumentando a distorção social e espacial.



"... existem porções do território de Vitória em que coincidem inúmeras variáveis de precariedade, como as menores rendas familiares, as maiores carências por equipamentos públicos, as piores avaliações dos serviços ofertados e das condições de vida urbana, assim como, a menor diversidade de atividades econômicas. Indicadores que se demonstram altamente satisfatórios em determinadas regiões da cidade, em outras chegam a números muito baixos, demonstrando o nível de desigualdade socioterritorial em que a cidade se encontra. Analisando alguns dados no território e possível concluir que as regiões em que se concentram as famílias com rendas mais elevadas (IBGE, 2010), são também as zonas onde há maior dinamismo econômico (CNAE, 2011; OD 2007) e maior diversificação no uso do solo (POLIS/PMV 2015). Trata-se das Regiões Administrativas da Praia do Canto (RA 5) e Jardim da Penha (RA 9) na orla marítima nordeste de Vitória, onde os assentamentos precários são praticamente inexistentes. Do outro lado da área insular de Vitória, ao longo da chamada 'Orla Noroeste', nota-se uma cidade completamente diferente, com uma população com menor renda e indicadores de fraco dinamismo econômico como a baixa densidade de empregos e um pequeno número de estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços. No entanto, apesar do baixo desempenho econômico, trata-se de uma região de Vitória que não deixou de crescer, e teve áreas com um significativo aumento da densidade populacional na última década: são as Regiões Administrativas de Santo Antonio (RA 2) e São Pedro (RA 7). Nessas áreas, os usos não residenciais são mais raros e a quantidade de assentamentos precários (ou aglomerados subnormais) é muito grande, conformando uma área homogênea monofuncional com pobreza e precariedades. O mapeamento dos empreendimentos aprovados entre 2006 e 2013 pelo município demonstra também que o mercado imobiliário formal atua muito pouco nestas regiões, onde predomina a informalidade na construção do território. A monofuncionalidade destas regiões não permite oportunidades de emprego e geração de renda, gerando grandes impactos para a mobilidade da cidade de forma geral, já que a população moradora destas regiões tem que se deslocar cotidianamente para as áreas da cidade com maior concentração de empregos. Evidente que as desigualdades territoriais da capital capixaba não se resumem apenas as diferenças entre as regiões mencionadas, mas são essas regiões destacadas que apresentam as maiores discrepâncias dentro do município" (Plano de Ação Vitória Sustentável, 2015).

Dos anos 1980 até os dias atuais, muitas ações foram realizadas na região da Baía Noroeste no sentido de melhorar as condições de vida daquela população, como: melhorias das vias urbanas, início do processo de regularização fundiária, capacitação para o trabalho, políticas sociais de assistência e de cidadania e direitos humanos, entre outras. Muitas estão em curso, mas ainda são insuficientes para efetivar a inclusão social, econômica e espacial na cidade, impulsionando sua integração formal à matriz econômica do município (ANEXO 7 - MAPA ANOS 1980).

Com foco neste desenvolvimento histórico, a gestão 2016/2020 incluiu em seu rol de prioridades a construção de políticas e planos que pudessem alterar este quadro de maneira definitiva, promovendo a inclusão social e agregando valores capazes de alavancar uma matriz econômica identificada com os valores locais e seus ativos qualificados, incluindo esta preocupação em seu Planejamento Estratégico (ANEXO 8 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2013/2016 e ANEXO 9 - PPA 2014/2017).

Contudo, apenas com investimentos consideráveis de recursos será possível acionar a alavanca da construção e solidificação de uma nova matriz econômica que incorpore a região da Baía Noroeste, de forma plena, à cidade formal.

Um elemento recorrente nas discussões sobre uma nova matriz econômica é o aeroporto de Vitória, cuja ampliação proporcionará o recebimento inclusive vôos internacionais a partir do final do primeiro semestre de 2018, passando assim a ser mais um elemento contributivo para a ampliação da indústria do turismo, seja de lazer, seja de negócios, bem como a movimentação de cargas.

Em 2013, em razão de seu crescimento econômico e demográfico acima da média do país, a cidade de Vitória foi convidada a participar da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aplicada no Brasil em parceria com a Caixa Econômica Federal. O Programa ICES veio ao encontro do desenho socioeconômico sustentável que orientava o Planejamento Estratégico em discussão naquele ano, se mostrando uma oportunidade ímpar para avançarmos rumo aos anseios da população e às soluções que se fariam necessárias para dar respostas aos indicadores conhecidos.

A ICES visa atender as necessidades e os desafios de cidades emergentes, como Vitória, e foca em três dimensões da sustentabilidade: (i) ambiental e mudança climática; (ii) desenvolvimento urbano sustentável; e (iii) fiscal e governança. A iniciativa conta com uma metodologia de diagnóstico rápido e integrado, iniciada com a coleta e análise de indicadores em temas distribuídos nas três dimensões. Assim, o BID busca apoiar a promoção de um crescimento equilibrado antes que os desafios de sustentabilidade se tornem um fator limitante ao desenvolvimento do Município. Isso compreende ajudar as cidades a manejar sua vulnerabilidade às mudanças climáticas, respondendo às necessidades de mitigar os efeitos que ela produz - questão que muitas vezes não faz parte das prioridades locais. A metodologia permitiu a realização de um diagnóstico por indicadores em 23 (vinte e três) áreas temáticas; sua avaliação de acordo com benchmarks estabelecidos para a América Latina e Caribe; o desenvolvimento de estudos de base nas áreas de mudança do clima, riscos e crescimento urbano; estudos de conectividade local, além de uma pesquisa de opinião pública. A partir dessas informações, a Prefeitura em conjunto com os cidadãos, os governos estadual e federal e diversos especialistas do BID, CAIXA e outras instituições geraram a priorização dos temas críticos para a sustentabilidade da cidade e desenvolveram uma série de soluções apresentadas no Plano de Ação Vitória Sustentável em maio de 2015 (ANEXO 10 - PLANO DE AÇÃO ICES).



Após o diagnóstico propiciado pela metodologia da ICES ficaram evidentes algumas áreas necessárias de receber intervenção de grande porte, de forma a solucionar problemas e reverter indicadores negativos, remodelando a matriz econômica voltada à melhoria da qualidade ambiental e de vida da população, que são: Requalificação Urbana da Orla Noroeste, Sustentabilidade Ambiental Urbana e Redução da Vulnerabilidade e a Riscos Naturais, Prevenção Social da Violência, Aparelhamento/Capacitação da Guarda Municipal Cidadã e Fortalecimento Institucional, tanto no campo de estudos e projetos, quanto na execução de intervenções em obras e serviços.

Embora Vitória apresente indicadores positivos, se tomados na média, existe uma desigualdade urbana importante a ser considerada conforme já observado. Tanto o Plano de Ação Vitória Sustentável, quanto o Planejamento Estratégico 2013/2016, identificaram a importância do território como categoria de análise para minimizar as desigualdades da cidade e garantir a sustentabilidade de Vitória no longo prazo.

Observa-se que as regiões administrativas da cidade onde aparecem as menores concentrações de renda são também aquelas que apresentam pior desempenho em áreas como educação e segurança, dados estes confirmados pela população na Pesquisa de Opinião Cidadã (Plano de Ação Vitória Sustentável, 2015), demonstrando assim fragilidade nas políticas públicas.

No âmbito dos estudos que subsidiaram a construção do Programa foram identificados (de acordo com análise de indicadores, pesquisa de opinião pública, critérios ambientais, técnicos e econômicos) temas que mostraram resultados insatisfatórios, necessitando de melhorias.

Ainda segundo o Plano de Ação Vitória Sustentável, existem quatro temas críticos em Vitória presentes em todas as três dimensões de sustentabilidade da ICES. Isso reforça a necessidade de pensarmos em soluções transversais que permitam melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos:

- (i) Segurança;
- (ii) Mobilidade;
- (iii) Mitigação das Mudanças Climáticas;
- (iv) Impostos e Autonomia Financeira.

Outros temas, dentre os 23 analisados dentro das 3 dimensões da ICES, despontam como preocupantes dentre os quais destacamos:

- Desigualdade Urbana (8º);
- Emprego (9º);
- Poluição sonora e do ar (10º).

Ao se buscar impulsionar soluções para estas necessidades da cidade, a gestão municipal vem elaborando projetos, buscando saídas inovadoras e orientando seus investimentos prioritariamente nestas carências.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

O Programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - Primeira Etapa será composto de 3 Componentes, subdivididos em Subcomponentes, quais sejam:

Componente 1 - Desenvolvimento Urbano e Gestão Sustentável da Cidade, subdividido em Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Sustentabilidade Ambiental Urbana e Redução da Vulnerabilidade a Riscos Naturais;

Componente 2 - Segurança Cidadã, subdividido em Ações de Prevenção Social da Violência e Aparelhamento/Capacitação da Guarda Municipal Cidadã;

Componente 3 - Fortalecimento Institucional e Gerenciamento de Programas, subdividido em Modernização da Gestão e Administração do Programa.



O Componente 1 propõe intervenções para a requalificação urbana da Orla Noroeste e integração cicloviária entre os bairros, ações que visam assegurar a sustentabilidade ambiental do território e a criação do Centro de Referência de Triagem para gestão do resíduo sólido do município. No que tange a sustentabilidade ambiental, serão promovidas ações de ampliação da Cobertura Vegetal do Município, recuperação de nascentes, contenção de encostas e programas de Monitoramento da Qualidade do Ar, além do Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa.

No Componente 2 serão trabalhados os temas Educação, Saúde, Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos e de Segurança Urbana. A implementação das atividades de prevenção social da violência serão desenvolvidas nos 05 (cinco) territórios alvo: Região 01 - Centro, Região 2 - Santo Antônio, Região 3 - Jucutuquara, Região 4 - Maruípe e Região 7 - São Pedro. As regiões 2 e 7 compõem a Orla Noroeste, as demais são áreas de influência direta. O objetivo desse Componente é a diminuição de crimes de homicídio nestes territórios e de crimes contra o patrimônio no Município. Portanto, o Aparelhamento e a Capacitação da Guarda Municipal Cidadã na prevenção e controle do delito contribui para alcance do objetivo do Componente.

O Componente 3 promoverá medidas de fortalecimento institucional e modernização da gestão administrativa e financeira da cidade, por meio de formação continuada de servidores e modernização e adequação do Palácio Municipal. Essas ações contribuíram para melhor atendimento aos cidadãos e maior transparência na disponibilidade e comunicação dos resultados a população. Por fim, este componente também é dedicado à administração do Programa Iniciativa Cidades Emergentes Sustentáveis - Primeira Etapa, que inclui não somente a gestão do Programa, mas também a contratação de estudos e projetos de relevância ambiental e urbana, supervisão de obras e outros necessários a adequada implantação das ações, bem como monitoramento e avaliação e auditoria externa das ações (ANEXO 11 - MAPA PROGRAMA VITÓRIA SUSTENTÁVEL).

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Programa ICES - Primeira Etapa, formulado com base no Plano de Ação Vitória Sustentável, está em conformidade com as orientações estratégicas da gestão municipal, pois seus componentes já estavam previstos ou relacionados com o Planejamento Estratégico Municipal 2014-2016, refletido no Plano Plurianual (PPA) 2014-2017: Programa 01 - Cidade Educadora; Programa 02 - Circuito de Praças e Parques de Vitória; Programa 06 - Economia Criativa e Inovação; Programa 07 - Educação Ampliada; Programa 10 - Mobilidade Integrada; Programa 11 - Modernização Administrativa; Programa 12 - Onde Anda Você? Programa de Reinserção Social da Pessoa em Situação de Rua.

O PPA 2018-2021, em elaboração, abarca em seus programas todas as intervenções previstas no ICES - Primeira Etapa, como a seguir:

Programa 01 - Gestão Compartilhada e Integrada;

Programa 02 - Cidade Educadora;

Programa 03 - Educação Integral;

Programa 05 - Gestão Educacional e Aprendizagem na Educação Básica;

Programa 06 - Atenção à Saúde do Cidadão;

Programa 07 - Vitória Segura, Cidade Inteligente;

Programa 09 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Programa 13 - Desenvolvimento do Turismo;

Programa 14 - Empreendedorismo, Economia Criativa e Inovação;

Programa 15 - Mobilidade Urbana Integrada;

Programa 16 - Programa Urbanidade Sustentável;

Programa 19 - Infraestrutura de Edificações Públicas;

Programa 20 - Programa de Políticas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos;

Programa 23 - Prevenção e Mitigação dos Efeitos das Mudanças Climáticas e Saneamento Ambiental Integrado;

Programa 27 - Vitória do Esporte;

Programa 26 - Vitória é Cultura;

Programa 29 - Uso da Tecnologia da Informação Para uma Cidade Mais Inteligente e Mais Humana.



Da mesma forma, tanto no planejamento para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), quanto para a Lei Orçamentária Anual (LOA) foram consideradas e previstas as intervenções constantes no Programa ICES - Primeira Etapa para possibilitar a execução da operação de crédito a ser contratada.

2. Projeto

2.1. Título

Programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis Primeira Etapa

2.2. Título Abreviado

Vitória Sustentável

2.3. Mutuário

Município de Vitória - ES

2.4. Tipo Operacao

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O Programa Vitória Sustentável tem como objetivo contribuir para a redução da desigualdade urbana e socioeconômica, assim como da vulnerabilidade e da degradação ambiental em Vitória, melhorando a qualidade de vida no Município, por meio de intervenções que promovam o seu desenvolvimento econômico e socioambiental de maneira sustentável e resiliente às mudanças do clima.

2.6. Projeto/Indicadores



Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
(1) Valor do IPTU nas áreas valorizadas pelas obras	Foram levantados os valores base de arrecadação do IPTU na Orla Norte (área já valorizada pelas obras de infraestrutura), e os valores na região objeto do projeto Orla Noroeste e Centro Histórico (área que sofrerá valorização pelas obras de infraestrutura). Utilizando-se de um método comparativo, foi possível identificar que, além da diferença dos valores previstos na Planta Genérica, também verifica-se uma maior valorização dos imóveis localizados nessa região, o que trará significativos avanço	Monetária Real (R\$)	3.456.062,62	4.838.487,66
(2) Valor do ISS nas áreas valorizadas pelas obras	Valor absoluto do ISS da região no ano subsequente à conclusão das obras de requalificação.	Monetária Real (R\$)	26.718.114,68	29.389.926,15
(3) Índice de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico do Brasil	Seguirá a metodologia apresentada pelo estudo do Índice de Competitividade, publicado anualmente pelo Ministério do Turismo e FGV.	Pontuação do índice Geral	75,20	79,00
(4) Redução das emissões dos gases do efeito estufa	Serão utilizadas as normas da ISO 14.064, que seguem a guia de diretrizes do IPCC 2006, e considera as emissões diretas e indiretas, de grande importância para o município de Vitória.	TON de CO2 per capita	3,83	2,87
(5) Aumento da cobertura vegetal do Município	Ha de áreas recuperadas e número de árvores plantadas.	ha	862,00	86,00
(6) Recuperação das nascentes e dos córregos	Número de nascentes recuperadas x número de nascentes identificadas.	nº de áreas recuperadas	55,00	33,00
(7) Capacidade de processamento/triagem de resíduos sólidos	$(RCS/RSD) \times 100 = __\%$ RCS=Resíduos Sólidos provenientes do serviço de coleta seletiva municipal; RSD=Resíduos Sólidos Domiciliares gerados nas unidades familiares do Município.	TON/Mês	220,00	2.920,00
(8) Número de catadores no Centro de Referência em Triagem de Resíduos Sólidos	nº absoluto de catadores	nº de catadores	43,00	250,00



(9) Renda média dos catadores de materiais recicláveis	Média mensal dos valores recebidos por cada catador ao longo de 1 ano	monetária R\$	580,00	1.800,00
(10) Número de empresas no Município	nº absoluto de novas empresas	nº de empresas	45.956,00	46.456,00
(11) Potencialização da atividade econômica	Apuração do total de tributos gerados	monetária R\$	0,00	70.000.000,00
(12) Redução de crimes contra o patrimônio		nº ocorrências	19.390,00	17.451,00
(13) Redução de crimes de tóxicos e entorpecentes		nº de ocorrências	8.607,00	7.746,00
(14) Redução de crimes de homicídio		nº de ocorrências	372,00	335,00
(15) Agilidade no atendimento ao contribuinte pela modernização da oferta de serviços	hora da emissão da senha em comparação com a hora de início do atendimento	min	30,00	15,00

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE	68.019.531,25
S - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE	59.425.781,25
P - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária	50.050.781,25
P - Centro de Referência de Triagem	9.375.000,00
S - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE E A RISCOS NATURAIS	8.593.750,00
P - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município	1.406.250,00
P - Fonte Viva	312.500,00
P - Contenção de Encostas	4.687.500,00
P - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa	2.187.500,00
C - SEGURANÇA CIDADÃ	26.599.218,75
S - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA	25.192.968,75
P - Ações de Revitalização Cultural	1.096.875,00
P - Ações de Prevenção em Saúde	8.281.250,00
P - Ações de Prevenção em Educação	13.125.000,00
P - Ações de Prevenção em Ação Social	1.093.750,00
P - Ações de Promoção dos Direitos Humanos	783.593,75
P - Ações de Prevenção em Esporte	812.500,00
S - APARELHAMENTO/ CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ	1.406.250,00
P - Estruturação da Segurança Pública	1.406.250,00
C - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA	30.381.250,00
S - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	18.750.000,00
P - Formação Continuada de Servidores	625.000,00
P - Modernização e Adequação do Palácio Municipal	5.625.000,00
P - Centro de Cooperação da Cidade	12.500.000,00
S - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	11.631.250,00
P - Apoio ao Gerenciamento	937.500,00
P - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)	4.600.000,00
P - Estudos e Projetos	2.187.500,00
P - Supervisão de Obras	1.406.250,00
P - Monitoramento e Avaliação	312.500,00
P - Auditoria Externa	312.500,00
P - Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)	1.875.000,00
Total dos Componentes	125.000.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Descrição detalhada dos componentes/subcomponentes e produtos:

C - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE

O primeiro componente traz em seu conceito a incorporação da região da Baía Noroeste à cidade formal, impulsionando alterações importantes rumo a uma nova matriz sustentável socioeconomicamente, pautada em sua vocação natural por meio de suas riquezas históricas, culturais e ambientais, principalmente, baseada na criatividade, na inovação, na conservação da paisagem, na preservação ambiental, no turismo de lazer e de negócios, entre outros.

A Orla Noroeste é uma região fruto de um processo de ocupação informal, de alto potencial paisagístico, marcada pela presença na Baía de Vitória, de áreas especiais sob o ponto de vista ambiental e atividades de caráter cultural e econômica que envolvem comunidades locais, pesca, gastronomia e produção de panelas de barro. Desse modo, as intervenções nessa área pretendem contribuir para a redução da desigualdade urbana e socioeconômica, da vulnerabilidade e da degradação ambiental em Vitória. A proposta do projeto é unir os dois lados da cidade, recuperando essa importante região através da inserção de espaços de uso público e lazer com calçadas, cicloviárias, píeres e atracadouros.



Este componente foi dividido em dois subcomponentes:

- Subcomponente 1 - Requalificação Urbana da Orla Noroeste; e
- Subcomponente 2 - Sustentabilidade Ambiental Urbana e Redução da Vulnerabilidade e a Riscos Naturais.

Tal Componente propõe (re)desenhar 19 km da parcela oeste do território municipal a partir do bairro Mário Cypreste, contornando a borda da Ilha até seu encontro com o continente, finalizando na ocupação urbana do bairro Maria Ortiz, limite com o mangue, além de incluir ações em parte do Maciço Central de Vitória.

Desenhar o território diz respeito a efetivar diretrizes de qualificação do ambiente público e privado, a partir de intervenções de caráter urbanístico, socioeconômico, turístico-cultural, ambiental e institucional.

O Projeto Orla Noroeste, resultante de um concurso público internacional sob a coordenação do Instituto dos Arquitetos do Brasil, prevê sua implementação em 2 Fases, com 5 etapas. O Programa Vitória Sustentável implantará a Fase 1, com suas duas etapas.

Na Fase 1, serão envolvidos diretamente 06 (seis) bairros, que representam a porção que receberá a intervenção do Projeto Orla Noroeste, e seus cerca de 25.409 habitantes, com raio de influência indireta para outros 04 (quatro) bairros, aproximadamente 8.337 habitantes, perfazendo uma população total de 33.746 habitantes e o total de 26 comerciantes da Região Administrativa de São Pedro.

Ainda neste Componente, focamos o ambiente de mobilidade da cidade, em especial na sua parte plana, que tem vocação natural para o transporte ativo. Vitória hoje possui uma malha cicloviária com necessidade de recuperação e complementação, a fim de permitir ao cidadão deslocar-se por toda a cidade. Dentro do objetivo de incorporação da 'cidade oculta' à 'cidade formal', é fundamental completar trechos significativos de ciclovias de forma a contribuir para o deslocamento não motorizado, especialmente criando rotas de acesso dos cidadãos daquelas regiões para o trabalho e para o lazer nas demais regiões da cidade. Ainda contribuirá para a redução da emissão de gases oriundos dos transportes motorizados e, conseqüentemente, melhorará a qualidade do ar onde esse meio de transporte for implementado.

Iniciativas inovadoras e criativas vêm se desenvolvendo na região da Orla Noroeste, com coletivos jovens instalando iniciativas nas áreas de cultura, turismo e inovação, demandando políticas públicas e intervenções físicas que ampliem esta vocação do território e proporcionem ambiência de sustentabilidade para estas ações.

O Componente 1 vai muito mais além, ao propor dentro do mesmo cenário descrito para o Subcomponente 1, a integração da revitalização da região da Orla Noroeste a mais um produto de vital importância para a cidade: a implantação do Centro de Referência de Triagem em resíduos sólidos.

Já os produtos do Subcomponente 2 extrapolam os limites geográficos da região de intervenção do Subcomponente 1, contemplando ações de recuperação da mata atlântica em áreas com vegetação em estágio inicial a médio de regeneração localizadas em áreas públicas e escolhidas de forma associada com o Projeto Fonte Viva que objetiva a recuperação de 15 nascentes para uso público além de outros usos como combate a incêndios florestais, irrigação de reflorestamentos e dessedentação de animais. Essas ações estão previstas para serem realizadas nas encostas do maciço central da ilha de Vitória, refletindo em benefícios para as comunidades vizinhas, além de contribuir para se somar as ações previstas de contenção física de encostas em áreas de risco geológico escolhidas como prioritárias.

Para monitorar a influência dos resultados do conjunto dessas ações, está previsto a implantação de uma rede própria de monitoramento da qualidade do ar, que permitirá o acompanhamento dos resultados dessas intervenções, além de permitir a partir de um novo inventário dos gases de efeito estufa avaliar a evolução das medidas adotadas para redução dos mesmos e suas contribuições para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

O componente 1 do Programa Vitória Sustentável propõe, dessa forma, realizar uma série de intervenções urbanas, socioambientais e turístico-culturais, nessas regiões e nos setores do desenvolvimento urbano sustentável, da economia e de gestão estratégica conforme elencado os respectivos produtos, a seguir.

S - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE

O subcomponente 1 é composto por 2 produtos que se integram não só geograficamente como também dentro do planejamento estratégico da cidade, tendo como foco principal a redução das diferenças socioambientais e econômicas, entre a "cidade oculta" à "cidade formal".

São eles:

Produto 1 - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária

Produto 2 - Centro de Referência de Triagem

P - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária

A Região Administrativa 7 - São Pedro fica localizada na orla noroeste de Vitória, próximo a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria da Vitória. É a Região mais carente do município e seu adensamento e ocupação iniciou-se a partir do final da década de 1970 em função do depósito de lixo existente na área. Com o lançamento do lixo no manguezal, a área foi gradativamente sendo aterrada e se tornou alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa renda. Como forma de resolver os problemas a Administração Municipal, em 1989, lançou o Projeto São Pedro: uma ação integrada de urbanização e preservação ambiental. O bairro Ilha das Caieiras foi a primeira área da região a ser ocupada e já era retratado nas Plantas da Província do Espírito Santo de 1878. Dentre os principais ícones que marcam a região está a Cooperativa das Desfiadeiras de Siri, localizado no bairro Ilha das Caieiras; a Unidade de Transbordo que faz a compactação e tratamento do lixo coletado em Vitória; e o Centro de Vigilância em Saúde Ambiental.



INTERVENÇÕES DA FASE 1 - SÃO PEDRO A RESISTENCIA

A Ilha das Caieiras, bairro central e polo de atratividade da Orla Noroeste, tem sua história ligada aos pescadores artesanais, catadores de caranguejo e às desfiadeiras de siri, em estrita relação com o manguezal, o rio e o mar que lhe são adjacentes e cujo material é a base da culinária tradicional capixaba: a moqueca e a torta capixaba, especialmente.

Com base nisso, o Projeto Orla Noroeste prevê em seu escopo atividades como a criação de uma Central de Beneficiamento de Pescado, com definição de áreas demarcadas para as diferentes atividades de: recebimento, estocagem, manuseio e distribuição dos pescados e revitalizando o Polo Gastronômico da Ilha das Caieiras. Prevê ainda a reurbanização de toda a orla da Baía Noroeste e seu entorno com implantação de um passeio contínuo numa área de 760.000km², 15,5 km de orla interligando 20 bairros da cidade e beneficiando diretamente 72 mil moradores. Desse modo, potencializará os atrativos turísticos da região, viabilizando alternativas de geração de renda, que serão norteadas pelos aspectos ambientais do local, principalmente a presença da foz do Rio Santa Maria, do mar e do manguezal - principal ativo ambiental do município.

A área de intervenção do Projeto Orla Noroeste - Fase 1 (etapas A e B) perfaz um total 114,13 km², compreendendo 5,2 km de extensão na orla dos bairros São Pedro, Ilha das Caieiras, Santo André, Redenção, Nova Palestina e Resistência, denominada área de influência direta, abrangendo o universo de 25.409 habitantes e 26 comércios, onde serão realizadas as seguintes ações: (ANEXO 12 - MAPA AREA DE INTERVENÇÃO FASE 1 ETAPA A E B) e (ANEXO 13 ? CADERNO 3 - PROJETO ORLA NOROESTE)

- Reurbanização das vias (ciclovias, calçadas, pistas de rolamento, estacionamentos, praças);
- Passeio contínuo à beira mar com decks, plataformas e flutuantes (turismo contemplativo, apoio aos restaurantes, acesso a embarcações);
- Pontos de apoio para os pescadores e desfiadeiras de siri e queimadores de mariscos;
- Praça dos pescadores do Caboré;
- Rua Viva / Ilha das Caieiras;
- Centro de Pescado / Ilha das Caieiras;
- Reconstrução da sede administrativa do Parque Natural Municipal da Baía Noroeste; e
- Recuperação do manguezal.
- Implantação do Centro de Referência em Triagem de Vitória

MOBILIDADE URBANA

Vitória possui uma boa infraestrutura viária, mas sofre com a interferência do trânsito de passagem dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória por ser centro de atração de pessoas e cargas. Devido ao crescimento da motorização, que é um fenômeno mundial, mas também local, observa-se, em alguns períodos do dia, grandes congestionamentos de trânsito, que não só aumenta a poluição do ar, como também causa grandes perdas econômicas devido aos gastos de tempo, de combustível com aumento de emissões de poluentes. O município vem adotando um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transportes, que não gere segregação espacial, sendo socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável.

Esta ação propõe a complementação do Eixo Ciclovitário da cidade com a construção de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas. O objetivo principal é de interligar os trechos já existentes e ampliar o projeto de bicicletas compartilhadas já existentes - o Bike Vitória. Este é um modal muito importante para a cidade que também atenderá ao deslocamento dos cidadãos entre os municípios da Grande Vitória, reduzindo o montante de carros em circulação, desafogando o transporte público e propiciando o acesso ao trabalho, às compras e ao lazer de forma saudável.

Serão realizadas as seguintes ações:

- Implantação da ciclovia da Rua da Grécia - 600 metros que interligam a Reta da Penha, principal tronco viário da região, à Ponte de Camburi complementando um eixo viário importante.
- Implantação da ciclovia da Av. Rio Branco - 1800 metros que interligam a Reta da Penha à Avenida Leitão da Silva, segunda opção troncal da região, principais eixos viários da região.
- Complementação da ciclovia Praça dos Namorados / Parque Tancredão - 9 km de trechos complementares à malha cicloviária existente e que vai permitir circundar toda a ilha. Esta complementação permitirá a conexão da ciclovia da Rodovia Serafim Derenzi, que margeia toda a Orla Noroeste, ao trecho cicloviário que liga o centro da cidade à Av. Beira Mar, até o encontro com a ciclovia que liga a Praça dos Namorados à Orla de Camburi, na região nordeste de Vitória (ANEXO 14 - CICLOVIA PRAÇA DOS NAMORADOS - TANCREDÃO).

O objetivo principal é de interligar os trechos já existentes e ampliar o projeto de bicicletas compartilhadas - o Bike Vitória. Este é um modal muito importante para a cidade que também atenderá ao deslocamento dos cidadãos entre os municípios da Grande Vitória, reduzindo o montante de carros em circulação, desafogando o transporte público e propiciando o acesso ao trabalho, às compras e ao lazer de forma saudável.

P - Centro de Referência de Triagem

Este produto tem por objetivo a criação do Centro de Referência de Triagem de resíduos sólidos de Vitória que engloba a reforma e modernização da Unidade de Transbordo, com nova logística de funcionamento no complexo, conjugando-a com as unidades de triagem, para atender as premissas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Dessa feita, o projeto pretende não ser meramente um centro logístico, mas sim um centro de referência que busca o aprimoramento dos processos e, também, um organismo de gestão e planejamento da política de resíduos sólidos do município, com o envolvimento de toda a sociedade.



Este produto incluirá: reforma e modernização da unidade de transbordo; novo acesso de caminhões; galpões de recepção, triagem e valorização de resíduos recicláveis; nova sede das associações de catadores de materiais recicláveis; Centro de Educação Ambiental especializado em reciclagem; novo prédio para a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Ronaldo Soares"; espaço de vivência; reforma do campo de futebol do entorno; a reurbanização das calçadas do entorno; e a implantação da calçada cidadã.

O Centro de Referência em Triagem permitirá total segurança aos trabalhadores e contribuirá para a redução das agressões ambientais que hoje ocorrem, pois está plenamente planejado para a garantia de qualidade de vida e do ambiente (ANEXO 15 - MAQUETE ELETRÔNICA DO PROJETO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE TRIAGEM DE VITÓRIA).

S - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE E A RISCOS NATURAIS

Este subcomponente foi elaborado a partir da integração de informações preexistentes na PMV, como o PMRR - Plano Municipal de Redução Riscos e do estudo de base realizado no âmbito do consórcio Idom-Cobrape, 2014, que tratou das mudanças climáticas e suas consequências, identificando as regiões mais vulneráveis a deslizamentos e as sujeitas a inundações decorrentes da possibilidade de elevação do nível dos oceanos, alinhado ainda com o diagnóstico das fontes de emissões de gases de efeito estufa.

O programa prioriza ações descritas em 4 produtos a saber:

Produto 1 - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município

Produto 2 - Fonte Viva

Produto 3 - Contenção de Encostas

Produto 4 - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE)

Os produtos foram desenvolvidos buscando a articulação de ações de prevenção e mitigação dos efeitos das mudanças do clima, que incluem a conservação e ampliação das áreas verdes da cidade através de recuperação de nascentes e áreas degradadas identificadas a partir do levantamento das áreas que possuem vegetação em estágio inicial a médio de regeneração e integradas as já mapeadas para prevenir desastres naturais através de obras de contenção de encostas.

O controle da poluição tem destaque especial dentro deste contexto com a proposta de implementação de uma rede própria de monitoramento da qualidade do ar, atualização das fontes de poluição e emissão de GEE, associado ao aprofundamento de estudos indicados pelo estudo de base do Idom-Cobrape, 2014. Tal estudo também aborda os efeitos das mudanças climáticas, suas causas e consequências, com a indicação de medidas mitigadoras concretas que possam ser promovidas futuramente pela gestão municipal, objeto de levantamentos complementares a serem promovidos pelo BID.

P - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município

O Município de Vitória é constituído por uma parte insular e outra continental, sendo a parte insular é formada por áreas planas, que, em sua maioria, são acrescidos de marinha; e a outra, por morros, cujo conjunto forma o Maciço Central. Na área do maciço central especificamente em sua base e também nas rampas de cota até 50m, ao longo dos anos, ocorreram ocupações humanas até meados do século XX.

No período subsequente, Vitória sofreu um grande impacto no uso e ocupação do solo, especificamente em virtude da migração rural-urbano, provocando um processo de ocupações desordenadas das áreas de cotas superiores, com conseqüente remoção das florestas e também nas áreas do ecossistema de manguezal, o que suscitou também a remoção da vegetação de mangue, incentivado pelo próprio poder público que usava tais locais como disposição final do lixo urbano.

Com o advento de precipitações pluviométricas de elevadas magnitudes, em 1985, ocorreu um escorregamento de massa e pedras na encosta localizada no bairro Alto Tabuazeiro, sucumbindo a vida de cerca de 54 pessoas. A partir de então, o Município passou a fazer investimentos de obras de contenção nas encostas, adotando medidas em função do risco de deslizamentos, através de muros de arrimo, contrafortes em afloramentos rochosos e matacões, bem como desenvolvendo projetos de reflorestamentos. Paralelo a estas ações, o Município iniciou um processo de contenção das ocupações desordenadas, com atuação da fiscalização, remoção da população em áreas de risco e o aprimoramento da legislação urbana e ambiental.

No início do ano de 1987 e ao longo dos 7 (sete) anos posteriores, o Município de Vitória iniciou um processo de recuperação florestal das encostas, tendo como parceira a Floresta Rio Doce, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce. No Período de 1987 a 1995 foram reflorestados 248 hectares de terras, compreendendo áreas de risco geológico, áreas públicas e privadas e em unidades de conservação, pois, com a política de contenção do desmatamento e ocupações, houve a necessidade de se utilizar os instrumentos jurídicos relacionados a Unidade de Conservação Natureza como garantia legal para a consolidação da política preservacionista de longo prazo.

O programa de Ampliação da Cobertura Vegetal do Município de Vitória - Floresta Viva (ANEXO 16 - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROGRAMA) faz parte da estratégia municipal de longo prazo no sentido de recuperar ou restaurar a vegetação nativa das áreas de Mata Atlântica particularmente em áreas degradadas identificadas no território municipal.

Nos últimos anos, o Município criou várias unidades de conservação da natureza, permitindo a ampliação de uma carteira de terras aptas legalmente para fins de recuperação da cobertura vegetal.

O conjunto dessas ações permitirá avançarmos no processo de conectividade dos fragmentos florestais, melhorando e ampliando as condições de refúgio e de habitats para fauna e flora silvestre com conseqüente diminuição do grau de vulnerabilidade da cidade em face dos eventos extremos das mudanças e das adversidades climáticas.



Atualmente o Município conta com 16 (dezesseis) unidades de conservação, sendo 14 (quatorze) de proteção integral e 02 (duas) de uso sustentável. Desse conjunto, 5 (cinco) unidades de conservação possuem sede administrativas, o que possibilita o desenvolvimento de atividades relacionadas a gestão e manejo, bem como de educação ambiental e de ecoturismo. Conta ainda com viveiro de mudas espécies de restinga e o Horto Municipal em Cariacica, onde são produzidas em um grande viveiro, as mudas usadas no paisagismo da cidade e recuperação de nascentes em Unidades de Conservação.

Para execução do projeto, a municipalidade, deverá contratar uma empresa especializada na implantação e manutenção de áreas verdes naturais, na modalidade de recuperação florestal, bem como promover a ampliação da arborização urbana e a implementação do projeto de hortas urbanas e plantas medicinais.

O projeto Floresta Viva tem a previsão de reflorestar cerca de 124.22 ha em 4 anos, em diferentes tipos de áreas públicas que se apresentam no estágio inicial de regeneração na forma de pastagem degradadas, sendo boa parte destas constituídas por áreas de risco geológico. Além do enriquecimento de antigos reflorestamentos, contemplando um total previsto de 84.880 mudas vegetais, além da implantação em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de 20 hortas urbanas jardins medicinais, visando o consumo consciente de alimentos orgânicos e plantas medicinais cultivados, contribuindo para recuperar áreas degradadas, pontos viciados de depósito de resíduos e ainda reduzir os focos de mosquitos.

O projeto Floresta Viva prevê ainda o plantio de cerca de 6.000 (seis mil) mudas de espera de espécies arbóreas nas ruas da cidade, contribuindo para amenização climática da cidade em áreas identificadas como ilhas de calor (ANEXO 17 - MAPA AMPLIACAO COBERTURA VEGETAL FLORESTA VIVA).

O Projeto Fonte Viva, Produto 2, (descrito posteriormente), que também compõe o Programa Vitória Sustentável, está diretamente integrado ao presente projeto, considerando que a cobertura vegetal cria condições de recarga dos lençóis freáticos, que contribuirá por sua vez para a ampliação progressiva da disponibilidade de água de nascentes, as quais poderão contribuir para o atendimento de outras demandas, como irrigação, combate a incêndios, abastecimento de reservatórios em espaços de lazer, parques naturais, dessedentação de animais, entre outros.

CONTRIBUIÇÃO PARA O SEQUESTRO DE CARBONO

As atividades antrópicas vêm causando sérios problemas ambientais, entre eles, a intensificação do efeito estufa, provocada principalmente pelo aumento da emissão de gases, especialmente o CO₂. Em face aos fundamentos científicos das mudanças climáticas, que associa a elevação dos níveis dos GEE ao aumento da temperatura global, urge na atualidade a implementação de ações globais de redução das emissões de gases de efeito estufa e de projetos relacionados ao sequestro de dióxido de carbono da atmosfera, cuja eficácia de tal objetivo tem no desenvolvimento de florestas, uma das principais estratégias para a criação de meios sustentáveis de absorção de carbono, com potencial de aplicação em grandes áreas territoriais do planeta.

Para tanto, ao ampliar a cobertura vegetal haverá contribuição para o sequestro de carbono e para a mitigação dos lançamentos dos GEE e, por conseguinte, a melhoria da qualidade ambiental dos bairros da cidade de Vitória.

Neste sentido, cabe salientar que a implantação do projeto de recuperação florestal contribuirá para o sequestro de carbono em 10.382,23t CO₂e, enquanto o de recuperação de manguezal contribuirá em 3.080,00t CO₂e, o de arborização de urbana em 840,00tCO₂e, totalizando o sequestro de 14.302,23t CO₂ e no final de 20 anos, levando em consideração que uma árvore do Bioma da Mata atlântica, em média, sequestra 140 kg de CO₂e no período de 20 anos segundo o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF).

A recuperação florestal em áreas próximas a malha urbana exige o desenvolvimento de atividades de extensão ambiental e de educação, visto que trata da implantação de um projeto vulnerável a ação antrópica por parte dos moradores próximos. Assim, deve-se desenvolver ação de mobilização da população no sentido de evitar ações depredatórias e de vandalismo, nos locais onde forem reintroduzidas as espécies arbóreas, prevista no programa de educação ambiental que está contemplado no Componente 3.

HORTO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Nesta rubrica está contemplada a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos necessários para a reestruturação do Horto Municipal, localizado no município vizinho de Cariacica, o qual representa um instrumento de gestão de fundamental importância para a implantação, manutenção e desenvolvimento da arborização urbana e da paisagem da cidade. Neste sentido, as máquinas e equipamentos serão destinados para fortalecer a capacidade produtiva de mudas vegetais de diferentes espécies e portes, para servirem tanto na implantação de projetos de arborização urbana, paisagismo e de replantios nas áreas de reflorestamentos ou de enriquecimentos após a conclusão do presente projeto, condição esta de execução direta por parte da municipalidade e de caráter estratégico, tendo em vista se tratar de criar condições ambientais à minimização dos impactos das adversidades e mudanças climáticas nas áreas urbanizadas de baixo índice de áreas verdes.

MONITORAMENTO

O sistema de monitoramento a ser desenvolvido no Projeto Floresta Viva, terá duas estratégias de ação, ou seja, a avaliação qualitativa e quantitativa do projeto. A avaliação qualitativa é aquela subjetiva, onde o observador verifica ?in loco?, aspectos que julga relevantes no processo de recuperação florestal. Já a avaliação quantitativa é aquela embasada na objetividade e que visa quantificar as variáveis tendo como referência um ecossistema similar com pouco ou nenhuma ação antrópica, sendo previsto, portanto, o uso de diferentes indicadores quali-quantitativos para a realização do monitoramento do projeto Floresta Viva, ao longo dos anos de sua execução.



P - Fonte Viva

Até o início do Século XX a água que abastecia Vitória era captada em território do município. Atualmente, toda a água tratada provém dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, mananciais estes de médio porte que nascem na região serrana do estado, estando entre as cidades mais vulneráveis ao risco de desabastecimento e vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. A cada ano esse risco vem se agravando, especialmente devido ao déficit pluviométrico que vem sendo registrado no Espírito Santo, nos últimos 04 (quatro) anos.

Como grande consumidora de água, Vitória tem apoiado ações de recuperação ambiental nessas duas bacias hidrográficas. Porém, com o crescimento das demandas para irrigação e para abastecimento das populações nas bacias hidrográficas, o déficit hídrico vem crescendo em proporção direta ao crescimento dessa atividade e do adensamento populacional. Além disso, o déficit hídrico no estado vem crescendo vertiginosamente ao ponto de, em 2016, metade das cidades enfrentaram racionamento, sendo que algumas tiveram de decretar Estado de Emergência ou de Calamidade Pública, e Vitória foi uma das cidades atingidas pelos cortes programados no abastecimento de água.

Apesar da conjuntura geográfica desfavorável do município em relação as bacias hidrográficas que abastecem a região metropolitana, existem neste território diversas nascentes que podem auxiliar na contraposição imediata às fragilidades do sistema de abastecimento hídrico, com potencial para reduzir a gravidade do risco de desabastecimento.

Em um diagnóstico preliminar realizado na cidade, a PMV localizou 55 (cinquenta e cinco) nascentes, lagos e cursos hídricos aflorando no município, muitos desses com significativo potencial de uso pela população. Somente na Área de Proteção Ambiental - APA do Maciço Central, uma área prioritária para conservação ambiental, foram identificadas 45 (quarenta e cinco) nascentes e outras fontes hídricas. Atualmente, grande parte da água proveniente dessas nascentes, vem sendo lançada nas redes de drenagem urbana, onde se mistura ao esgoto clandestino e, finalmente, é despejada na baía de Vitória.

Visando contrapor-se a essa vulnerabilidade e diante do agravamento da crise hídrica no estado, a Prefeitura de Vitória, criou o projeto de Recuperação de Nascentes, denominado Projeto Fonte Viva, uma iniciativa que visa aproveitar o potencial hídrico existente no município (ANEXO 18 - RECUPERACAO NASCENTES FONTE VIVA).

O projeto prevê o diagnóstico técnico através do monitoramento da vazão e análise da qualidade da água das nascentes, a recuperação das áreas de recarga, através da integração com o projeto Floresta Viva e a implantação de fontes comunitárias para o uso público da água, sendo esta a principal estratégia que será utilizada para integrar os objetivos ambientais do projeto aos interesses das comunidades localizadas nas áreas de intervenção, que geralmente são as que mais sofrem com interrupções no abastecimento.

Diante desse quadro negativo, o Projeto Fonte Viva surge como um importante passo para gestão dos recursos hídricos no município. O projeto agrega estratégias para valorizar e recuperar o patrimônio hídrico, melhorar a qualidade de água dessas nascentes e torná-la prontamente disponível para uso local pela população, gerando assim um volume de água estratégico para contrapor-se diante das adversidades das mudanças climáticas, especialmente em eventos extremos de desabastecimento. Para tanto, torna-se imprescindível conhecer o potencial desses diferentes mananciais.

Portanto, o projeto prevê o diagnóstico técnico sobre a qualidade da água de 25 (vinte e cinco) nascentes, a seleção de 15 (quinze) para transformá-las em fontes comunitárias.

P - Contenção de Encostas

O diagnóstico apresentado pelo estudo de base sobre a emissão de gases de efeito estufa indica a necessidade de o município avançar com a execução das contenções de encostas prioritárias apontados pelo Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR). As ações de reflorestamento de áreas degradadas e de educação ambiental contribuirão para mitigar este problema. (ANEXO 19 - CONTENCAO ENCOSTAS 12 SETORES).

O município ao longo dos anos vem realizando com recursos de diferentes fontes obras de contenções em áreas consideradas com de alto risco geológico e em locais onde já ocorreram processos morfodinâmicos como deslizamentos e quedas de matações.

Além dos investimentos já realizados nessas áreas, foram identificadas mais 12 (doze) áreas consideradas como prioritárias para realização de obras de engenharia.

P - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa

O Plano de Monitoramento do Ar e Redução dos Gases de Efeito Estufa (ANEXO 20 - PROGRAMAS DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR) tem por objeto gerar informações referentes às concentrações de poluentes do ar no Município, identificando e registrando os eventos na qualidade do ar que podem representar riscos para a saúde humana e ao meio ambiente.

Outros objetivos deste produto são: (i) subsidiar o serviço de saúde pública com informações atualizadas e precisas sobre a situação da qualidade do ar, objetivando a adoção de medidas de prevenção, especialmente aos pacientes asmáticos, cardíacos, grávidas e idosos; (ii) criar um sistema de alerta e emergência em relação à saturação de poluentes; (iii) gerar informações e dados para subsidiar a formulação de políticas de planejamento urbano; (iv) gerar informações visando fundamentar a adoção de medidas de controle e fiscalização das fontes de poluição atmosféricas; (v) ampliar a participação da sociedade, compartilhando informações através de ferramentas de plataformas tecnológicas e de comunicação; (vi) envolver as comunidades na tomada de conhecimento sobre a poluição do ar; e, (vii) modernizar e ampliar a cobertura territorial do sistema de monitoramento da qualidade do ar.



Nesse sentido, deverão ser contratados os seguintes estudos:

- Monitoramento do Ar com a aquisição de 24 estações, operação e manutenção
- Atualização do Inventário de Emissões Atmosféricas da Região da Grande Vitória;
- Diagnóstico e projeto de Rede de Monitoramento por meio de Modelagem Matemática;
- Caracterização química e morfológica das partículas em suspensão na cidade;
- Inventário dos emissores de GEE para balizar ações futuras de redução destas emissões;
- Estudos de Monitoramento e Mitigação dos Impactos das Mudanças Climáticas na Orla de Vitória para as regiões prioritárias tais como: Orla Noroeste, Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praia do Suá, Bento Ferreira.

É importante destacar que a PMV, vem promovendo a reestruturação das atividades de monitoramento e fiscalização junto as principais empresas poluidoras, por serem a causa de um dos principais problemas que afeta o Município, que é a poluição atmosférica, notadamente o pó preto, que causa transtornos domiciliares e contribuem para ao agravamento da incidência de problemas respiratórios nos munícipes.

Nesse contexto, é importante frisar que foi revisada a legislação municipal com a aprovação da Lei 8.803/2015, que traça novos parâmetros de qualidade do ar em consonância com os padrões estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde e do decreto 16590/2016 que reajustou os valores das multas a serem aplicadas em caso de descumprimento da legislação ambiental.

C - SEGURANÇA CIDADÃ

O tema de segurança foi considerado o segundo mais importante em ordem de criticidade quando da aplicação da metodologia ICES e do desenvolvimento do Plano de Ação Vitória Sustentável. Isso se verificou tanto pelos indicadores, considerados críticos mesmo em comparação com cidades latino-americanas, quanto pela percepção dos cidadãos aferida na Pesquisa de Opinião Pública. Em Vitória, a pesquisa mostrou que 89% dos moradores não se sentem seguros e 55% consideram que seu bairro, em 2014, poderia ser considerado menos seguro se comparado há um ano.

Embora no Brasil a segurança pública seja majoritariamente uma atribuição da esfera estadual, os municípios podem e devem assumir um papel ativo na sua promoção, em especial quando políticas de segurança são entendidas de forma mais ampla, isto é, reconhecida como direito. A segurança vem sendo pensada atualmente também como convivência pacífica e ordenada dos cidadãos e da sociedade em seu conjunto e não mais exclusivamente como uma política unicamente associada à atividade policial ou às estratégias de repressão. Nesse sentido, o Programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - Primeira Etapa propõe o desenvolvimento de ações voltadas a tratar a segurança na cidade a partir de uma visão transversal, contribuindo, assim, para uma cultura de prevenção à violência.

Este componente contribui para o aumento da segurança no município a partir do desenvolvimento de ações em duas áreas. Em primeiro lugar, busca aumentar o capital social e a cultura de paz no município por meio de ações de cultura, de educação, de esporte, de saúde e de assistência social e de segurança urbana, inscritas dentro do Plano Municipal de Segurança Cidadã (ANEXO 21 - PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ).

Este Plano é uma plataforma de planejamento conjunto que mapeia, fortalece e amplia as ações que já estão em curso e, principalmente, desenvolve uma estratégia que garante articulação e sustentabilidade da política de prevenção da violência do município de forma especializada. Em segundo lugar, busca trabalhar na capacitação das instituições de segurança em nível municipal para melhoria dos serviços e aumento da confiança da população no trabalho da Guarda Municipal.

Entre os temas de formação que podem contribuir para o fortalecimento das intervenções da Prefeitura no campo da segurança pública estão o papel do município na prevenção da violência contra a juventude; na mediação de conflitos nas comunidades e dentro da instituição; no workshop para a formação de mediadores de conflito; no desenvolvimento urbano e estratégias de prevenção da violência e na interação pacífica no trânsito.

S - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

Em referência ao Plano Nacional das Nações Unidas, à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao compreender a violência como um fenômeno multicausal o Componente Segurança Cidadã em seu subcomponente - Prevenção Social da Violência, preconiza um modelo de gestão alicerçado na execução de estratégias articuladas, multissetoriais e sustentáveis, tendo como pressuposto o fortalecimento dos vínculos de convivência e de coesão social, a redução dos fatores de risco relacionados à violência, o estímulo à resolução pacífica de conflitos, a participação social efetiva nos processos de formulação, de monitoramento e de avaliação das políticas públicas a serem implementadas.

Nesse contexto, visando à redução dos índices de homicídio na Cidade de Vitória, a elaboração do Plano Municipal de Segurança Cidadã propiciou a definição de diretrizes, de ações e de metas para a gestão municipal contribuindo sobremaneira para a identificação de estratégias de intervenção direcionadas a prevenção das manifestações de violência.

As ações estratégicas do Plano Municipal de Segurança foram organizadas a partir de seis eixos estratégicos:

- Eixo 1 - Prevenção e controle de delitos: visa à prevenção de delitos e da violência por meio do desenvolvimento inclusivo, instituições de segurança e justiça eficazes, além de medidas para estimular a convivência segura e cidadã;
- Eixo 2 - Fortalecimento da relação polícia, comunidade e justiça: neste eixo destaca-se a importância da integração dos sistemas de justiça e segurança pública e sua aproximação com as comunidades;
- Eixo 3 - Promoção de contextos sociais e espaços urbanos seguros: espaços urbanos seguros são todos aqueles onde a estrutura física é adequada e nos quais exista apropriação por parte da comunidade em seu uso como tal. A oferta de serviços qualificados em equipamentos públicos adequados, a promoção da participação comunitária e a apropriação dos espaços urbanos são essenciais para fortalecer a organização social, ou ampliá-la, e potencializar o senso de pertencimento do território do município;



Eixo 4 - Prevenção da violência contra a mulher, a infância e a juventude: nessa categoria estão as políticas públicas para proteger crianças, jovens e mulheres contra todos os tipos de violência;

Eixo 5 - Redução dos fatores de risco: a prevenção e o enfrentamento dos fatores de risco podem ser culturais, individuais ou coletivos, que se desenvolvem em ambiente doméstico ou em locais que predisponham as pessoas a condições e situações vulneráveis, aumentando suas chances de vitimização ou de se tornarem agentes da violência; e

Eixo 6 - Fortalecimento da coesão social: entende-se como fortalecimento da coesão social e geração de condições de governabilidade que favoreçam a viabilidade e a construção de capacidades comunitárias e institucionais de gestão local, sejam elas realizadas por meio de capacitação, treinamento, cursos, entre outros.

Considerando a conceituação dos eixos mencionados acima e a sistematização apresentada, foram propostas 35 ações pela Prefeitura Municipal de Vitória que guardam correlação com as ações estratégicas que constituem os referidos eixos. Nesse sentido, foram propostas ações por eixo conforme (ANEXO 22 - TABELA EIXOS COMPONENTES).

As ações propostas se direcionam para a execução do referido plano, sobretudo no que tange às análises diagnósticas realizadas.

CONTEXTO DAS REGIÕES ESCOLHIDAS COMO PRIORITÁRIAS

Em conformidade com os dados do ano de 2014, no que tange ao percentual de homicídios por região administrativa, as regiões de São Pedro (7), Centro (1), Santo Antônio (2), Maruípe (4) e Jucutuquara (3), respectivamente, apresentam os maiores percentuais em relação às demais.

Na perspectiva nacional, de acordo com os dados de 2014, do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2016), o Espírito Santo ocupa a 5ª posição nacional em relação às taxas de homicídio (1290 homicídios/100 mil habitantes), ao passo que Vitória seria responsável por cerca de 41,2% destes crimes (141 homicídios/100 mil habitantes). Destaca-se que o ES é o 5º Estado com maior taxa de homicídios com arma de fogo de jovens e o 4º Estado com maior taxa de homicídio por arma de fogo de pretos.

De acordo com os dados do Observatório de Segurança Pública, de janeiro a agosto de 2017, foram registrados 61 homicídios em Vitória, sendo 55 registrados nas Regiões Administrativas Centro, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe e São Pedro. A análise de tal dado demonstra a fragilidade social dessas regiões e aponta a necessidade de intervenções integradas da municipalidade.

Desse modo, tais dados contribuíram para a focalização geográfica das ações propostas pela municipalidade para o Subcomponente da prevenção da violência no município.

A violência se apresenta no município de Vitória principalmente na forma de crimes contra o patrimônio, de ocorrências de tóxico, de tentativas de homicídio e de homicídios. Em relação a criminalidade violenta, representada pelos crimes de homicídio, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SESP), no ano de 2014, foram registradas 131 ocorrências. No período de 2010-2014, constatou-se que do total de 633 homicídios ocorridos e destes 394 foram de jovens. Além da expressiva mortalidade de jovens, cumpre destacar que as vítimas do crime de homicídio foram majoritariamente a população negra. Nesse sentido, no ano de 2014, dos 131 homicídios registrados 96 foram de negros e pardos (73%), (ANEXO 23 - NUMERO DE HOMICÍDIOS POR REGIONAL).

Tais dados são corroborados pelas estatísticas do Observatório de Segurança Pública, segundo o qual, no período de janeiro a julho de 2017, considerando o total de 61 registros de homicídios, 79% das vítimas tem a cor preta ou parda. (ANEXO 24 - PORCENTAGEM DE HOMICÍDIOS POR RAÇA E COR).

Considerando o critério raça/cor e o registro do número total de homicídios nas Regiões Administrativas, de janeiro a julho de 2017, as regiões de São Pedro (16), Centro (11) e Jucutuquara (8), respectivamente, são as que possuíram o maior número de registros de homicídios de negros (ANEXO 25 - NUMERO DE HOMICÍDIOS POR RAÇA E COR).

Ainda no que tange aos grupos vulneráveis diretamente afetados pela criminalidade violenta, cumpre mencionar a violência doméstica contra a mulher. Estatísticas apontadas pelas Delegacias Especializadas de Crimes Contra a Mulher demonstram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e que o agressor é o próprio marido ou companheiro. Mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos (RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO, 2012).

Em se tratando da violência contra a mulher no estado do Espírito Santo, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa média de feminicídio no Espírito Santo entre o período estudado, 2009 e 2011, foi de 11,24 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres. Para análise da gravidade do índice averiguado, a média nacional ficou 5,82/100 mil, metade da capixaba. Alagoas, que lidera a taxa geral de homicídios, é terceiro colocado nas mortes de mulheres. Em relação às capitais, nota-se que a taxa de homicídios femininos de Vitória, por sua vez, aproxima-se do triplo da média nacional verificada entre as capitais.

Em conformidade com o Mapa da Violência (2015), no ano de 2013 o Espírito Santo foi o Estado com maior taxa de homicídios de mulheres negras e possuía a 5ª maior taxa de homicídios de mulheres brancas.



Além da violência contra a mulher, é importante registrar que o município de Vitória foi apontado pela pesquisa "Juventude e Sexualidade" (2004), realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), como a capital mais LGBTfóbica do país. Já a pesquisa "Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas", realizada pela UNESCO em conjunto com o Ministério da Educação (MEC) demonstrou que uma parcela significativa de professores e alunos de Vitória tem dificuldades em aceitar alunos e colegas de escola homossexuais. Essa análise apontou que em Vitória 47,9% dos professores declaram não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula. Além disso, 44% dos estudantes do sexo masculino de Vitória não gostariam de ter colegas de classe homossexuais.

As análises viabilizaram a identificação da população socialmente vulnerável do município de Vitória - jovens, população negra, mulheres, população LGBT, população de rua - justificando a necessidade de implementação de ações integradas para esses grupos mediante o fortalecimento de programas e de projetos continuados na Educação, na promoção, na proteção e na defesa dos Direitos Humanos.

Diante desse quadro, conclui-se que as manifestações da violência no município reforçam a importância do desenvolvimento de ações de prevenção social da violência - ações de Direitos Humanos, educação, profissionalização, esporte, cultura, lazer, assistência social, saúde - integradas e direcionadas para a redução dos índices de criminalidade violenta. Paralelamente, faz-se necessário a potencialização das ações de Segurança Urbana a partir da consolidação das capacidades analíticas, operacionais e estratégicas da ação da Guarda Municipal em apoio ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do fortalecimento do Observatório da Criminalidade e das Violências.

Cabe ressaltar que a violência urbana guarda estreita relação com a infraestrutura das cidades, tendo em vista que as pessoas são influenciadas em seu comportamento pelos espaços onde vivem e convivem. Experiências bem-sucedidas no combate à violência urbana, no enfrentamento da criminalidade, focaram a maioria de suas ações na requalificação da infraestrutura urbana e no cuidado com os equipamentos e espaços públicos. O que também pretende-se realizar neste programa.

Como a violência se origina de diversas causas, atacá-las com políticas integrais é premissa básica para políticas públicas de prevenção e combate a violência. Desse modo, uma ação de enfrentamento fundamental é o urbanismo social. Constata-se que o enfrentamento da violência baseada em ações repressivas, com ocupações policiais dos territórios, em geral acabam por gerar mais violência. Portanto, é preciso que o Estado ocupe as regiões, os locais degradados das cidades, com ações integradas, recuperando os espaços para o convívio e o lazer dos cidadãos e de suas famílias. Assim, educação, saúde, esportes, lazer, cultura e ações de apoio aos grupos vulneráveis da sociedade desenvolvidas com eficiência no combate à violência, dependem tanto de programas e projetos/ações de qualidade, quanto da ocupação dos espaços urbanos (calçadas, ruas vivas, parques e praças, paisagismo, iluminação eficiente, Wi-Fi livre, entre outras ações) e da oferta de equipamentos públicos qualificados (escolas, unidades de saúde, equipamentos de acolhimento social, campos de futebol, entre outros) especialmente nestes territórios.

"Acredita-se que os bairros que tem uma mistura de usos de solo - comerciais, escritórios, e residenciais - apresentam uma série de benefícios. No entanto, há alguns anos, uma modificação no planejamento urbano buscou separar os usos do solo, colocando as áreas residenciais em um setor da cidade e as áreas comerciais em outro. Os bairros de uso misto, onde as pessoas podem caminhar mais, geram benefícios para a saúde de seus habitantes e fomentam a criação de comunidades mais ativas, com qualidade de vida superior. O número de exemplos que buscam esta estratégia é cada vez maior e os planejadores podem acrescentar um argumento mais empírico para colocar estes planos em ação: o uso misto do solo parece reduzir também a criminalidade" (Texto por Constanza Martínez Gaete via Plataforma Urbana. Tradução Archdaily Brasil).

Por fim, o objetivo geral do Componente Segurança Urbana no seu Subcomponente Prevenção Social da Violência é contribuir para a redução dos índices de criminalidade violenta do município, por meio da implementação de ações de prevenção social da violência e da consolidação das capacidades analíticas, operacionais e estratégicas da ação da Guarda Municipal.

De acordo com a reflexão analítica dos dados expostos, as ações que constituem o Componente Segurança Cidadã terão como foco a população vulnerável do município de Vitória, especialmente os jovens de 15 a 24 anos e mulheres vítimas de violência, moradores dos territórios com maiores índices de criminalidade do município, que são: regiões de São Pedro, Santo Antônio, Centro, Maruípe e Jucutuquara.

P - Ações de Revitalização Cultural

Este Produto é composto por um conjunto de projetos que serão implantados nas áreas de intervenção do Programa Iniciativas Cidades Emergentes e Sustentáveis - Primeira Etapa mas que podem, em função de suas características, serem ampliados e reproduzidos em outras partes da cidade. São eles:

- Projeto Circuito Cultural - (ANEXO 26 - PROJETO CIRCUITO CULTURAL)
- Ampliação do projeto "Arte é Nossa" - (ANEXO 27 - PROJETO A ARTE É NOSSA)

P - Ações de Prevenção em Saúde

Para a prevenção à violência por meio da Saúde as ações serão concentradas na ampliação e na construção de novas unidades de saúde, com o objetivo de complementar as ações do sistema de saúde municipal, de forma a aumentar a cobertura aos municípios das regiões contempladas, ampliando, assim, o número de atendimentos nas diferentes unidades, bem como agregando novas ações em saúde para ofertar ao munícipe. Dessa forma, o Produto 2 é composto pelo conjunto de projetos conforme a seguir:

- Ampliação e reforma do Pronto Atendimento de São Pedro - (ANEXO 28 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PA DE SÃO PEDRO)



- Construção da Unidade Básica de Saúde de Santo Antônio - (ANEXO 29 - CONSTRUÇÃO DA US DE SANTO ANTÔNIO)
- Construção da Unidade Básica de Saúde de Grande Vitória - (ANEXO 30 - CONSTRUÇÃO DA US DE GRANDE VITÓRIA)
- Construção de um Centro de Atenção Psicossocial - (ANEXO 31 - CAPSI)

P - Ações de Prevenção em Educação

A Segurança Cidadã por meio da educação para a prevenção da violência está concentrada na construção de novas unidades de ensino, para, assim, ampliar a quantidade de vagas para os estudantes dos diferentes níveis do ensino, especialmente em tempo integral, para ofertar às crianças e aos adolescentes possibilidades de exercer seu protagonismo e construir sua cidadania, de forma coletiva. Além disso, as ações de Prevenção em Educação também tem por objetivo o aumento da quantidade de vagas na Educação de Jovens e Adultos - EJA - a fim de melhorar a escolaridade de jovens e adultos e, assim, facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Para tanto, serão realizadas as seguintes ações:

- Construção da EMEF "Professora Eunice Pereira Silveira" - (ANEXO 32)
- Construção da EMEF "Ronaldo Soares" em Tempo Integral - (ANEXO 33)
- Reforma e Ampliação da EMEF "Francisco Lacerda de Aguiar" - (ANEXO 34)
- Construção da EMEF "Paulo Reglus Neves Freire" - (ANEXO 35)
- Construção da EMEF "Alvimar Silva" - (ANEXO 36)

P - Ações de Prevenção em Ação Social

As ações de Assistência Social estão voltadas à melhoria dos equipamentos de acolhimento da população em situação de vulnerabilidade social. As ações deste produto serão as seguintes:

- Ampliação do acolhimento especializado - Construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - (ANEXO 37)
- Ampliação e melhoria do acolhimento social - Construção de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - (ANEXO 38)

P - Ações de Promoção dos Direitos Humanos

Será realizado um conjunto de ações voltadas à construção da cidadania, com recortes de gênero, de idade e de raça, que em seu conjunto reforçam os conceitos de convivência pacífica, respeito à diversidade e reconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos. Os projetos serão os seguintes:

- A Casa é Nossa: Reforma e Ampliação da Casa da Juventude - (ANEXO 39)
- Passo a Frente: Produzindo ferramentas de Cidadania no Odomodê - (ANEXO 40)
- Reforma e estruturação do Centro de Referência da Juventude ? (ANEXO 41)
- (Re) significando o espaço e aprimorando o atendimento do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (GRAMSV) - (ANEXO 42)
- CEDH: Implantação do Centro Especializado em Direitos Humanos - (ANEXO 43)
- Programa de formação continuada em Direitos Humanos - (ANEXO 44)
- Feira Cultural LGBT - (ANEXO 45)
- Cine Curta de Boa - (ANEXO 46)
- Escola Promotora de Direitos Humanos - (ANEXO 47)
- Realização de pesquisa quantitativa e qualitativa - (ANEXO 48)
- Na Atividade: Fortalecendo o Protagonismo Juvenil - (ANEXO 49)
- Produção de material informativo e educativo nas temáticas de Direitos Humanos - (ANEXO 50)
- Mulheres protagonistas no fortalecimento de Iniciativas Comunitárias e Empreendedoras - (ANEXO 51)
- Ubuntu itinerante: Promoção da Cidadania de Mulheres Negras - (ANEXO 52)
- Black Perifa: Festival de Artes Resistentes das Periferias - (ANEXO 53)
- Campanhas e eventos de promoção e educação em Direitos Humanos - (ANEXO 54)
- MP3: Movimento Periferia, Protagonismo e Participação - (ANEXO 55)

P - Ações de Prevenção em Esporte

A Segurança Cidadã por meio das atividades esportivas e de lazer está concentrada na ocupação dos espaços da cidade com as famílias através da oferta de equipamentos, distribuídos espacialmente pela região da cidade abrangida pelo programa e por sua tipologia etária, bem como na ampliação do acesso de pessoas com deficiência por meio de brinquedos acessíveis. O produto 6 Ações de Prevenção na Área de Esportes é composto por um conjunto de projetos conforme serão apresentados a seguir:

- Ampliando o acesso: Implantação de brinquedos acessíveis - (ANEXO 56)
- Ocupação de espaços públicos: Campos de Futebol e Projeto Esporte Noturno - (ANEXOS 57)

S - APARELHAMENTO/ CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ

Este subcomponente tem por objetivo a reestruturação da Guarda Civil Municipal, a fim de aumentar as ações de prevenção em busca da paz social na forma do Plano Municipal de Segurança.

P - Estruturação da Segurança Pública

Este produto compreende a inovação da frota de veículos, informatização dos atendimentos, ampliação do ciclo de patrulhamento, implantação do patrulhamento ambiental, ampliação da presença da guarda na cidade, integração da guarda com as comunidades. Neste produto serão realizadas as seguintes ações:

- Aparelhamento da Guarda Civil Municipal de Vitória - (ANEXO 58)



- Formação Continuada dos Guardas Municipais - (ANEXO 59)
- Investimento e ampliação do Programa Guarda Cidadã - (ANEXO 60)

C - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA

O diagnóstico realizado no âmbito da ICES em Vitória indicou que o município vem perdendo capacidade arrecadatória, apontando para uma tendência de estagnação de receita disponível. Esta situação, aliada à queda das transferências do Fundo de Participação dos Municípios e a unificação das alíquotas do ICMS de importação, tem gerado uma situação de insegurança financeira na administração municipal.

Em 18 de outubro de 2013, o Município de Vitória autorizou por meio da Lei nº 8.539, o envio para protesto, das certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não tributários do Município, constituídos na forma do artigo 25 da Lei nº 3.112, de 16 de dezembro de 1983 (Código Tributário Municipal), em conformidade com o Ato Recomendatório Conjunto do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o Ministério Público Especial de Contas do Estado do Espírito Santo e a Corregedoria da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, publicado no Diário da Justiça em 22.04.2013 a fim de que seja, dentre outros motivos, aprimorada a cobrança administrativa municipal.

Como consequência deste novo mecanismo de cobrança, houve uma elevação na demanda de atendimento aos contribuintes na Secretaria, gerando, assim, a necessidade de um acréscimo de mais de 40% do efetivo de funcionários da Secretaria da Fazenda/ Subsecretaria de Receita - SEMFA/SUB-REC e na Subsecretaria de Orçamento e Finanças - SEMFA/SUB-OF. No entanto, não houve o mesmo crescimento da área física utilizada. Isto faz com que o espaço atualmente ocupado pelas subsecretarias se torne pouco produtivo, em face da impossibilidade de organização do mesmo, da elevada densidade, do acúmulo de mobiliário, equipamentos e materiais e da falta de área de circulação que permita um ambiente saudável e de elevada produtividade.

A proposta de modernização e adequação à sustentabilidade e à acessibilidade do Palácio Municipal proporcionará um novo espaço físico para as subsecretarias com melhoria no funcionamento das mesmas, o que influenciará direta e/ou indiretamente nos serviços prestados aos munícipes e servidores, por proporcionarem:

- Adequação do ambiente de trabalho, proporcionando maior eficiência e produtividade;
- Redistribuição das equipes de trabalho;
- Melhoria da comunicação entre os funcionários;
- Organização das gerências e respectivas coordenações;
- Garantia de uma melhor climatização do ambiente em função do novo layout (altura de divisórias, disposição de móveis);
- Melhoria do atendimento aos contribuintes.

Para além da reestruturação física, a Administração Pública deve servir de exemplo e contar com servidores qualificados e capacitados ao desenvolvimento de suas funções, com extrema qualidade e competência. E, por ser considerada uma das áreas estratégicas para a arrecadação de tributos municipais, os servidores à frente dos diversos setores das Subsecretarias de Receita devem estar preparados para desempenhar seu trabalho utilizando ferramentas e recursos que respeitem os princípios fundamentais da administração pública e tributária. Importante salientar que é compromisso dos próprios órgãos e entidades administrativas investirem na capacitação dos seus gestores. Nesse contexto, é imprescindível que os agentes que atuam nestas Subsecretarias tenham capacidade técnica para o pleno exercício de suas funções. A experiência revela que servidores qualificados propiciam o oferecimento de melhores serviços aos cidadãos, sendo assim, a qualificação dos profissionais que atuam na área pública é um dos maiores investimentos a ser feito em prol do bem coletivo.

À luz dessa conjuntura, entende-se como necessário promover medidas de fortalecimento institucional e modernização da gestão administrativa e financeira da cidade, tanto do ponto de vista da melhoria da cobrança de tributos, quanto da efficientização de seus gastos. A Administração municipal elaborou projetos/ações para contemplar o aprimoramento do atendimento aos cidadãos por meio do uso de tecnologias. Estas ações estão em fase de contratação com vistas a implementar a modernização administrativa, financeira e tributária da prefeitura através do Programa de Modernização Administrativa e Tributária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

Para dar suporte à modernização administrativa e tributária será realizada, dentro do programa, uma reforma do prédio do Palácio Municipal e os cursos e capacitações requeridos.

Este Componente também é dedicado à administração do Programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - Primeira Etapa, que inclui não apenas a gestão do Programa em si, mas também a contratação dos estudos e projetos, incluindo a revisão do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, supervisão de obras e outros necessários a adequada implantação das ações, bem como monitoramento, avaliação e auditoria externa das ações desenvolvidas no Programa.

Este Componente contempla, ainda, as ações relativas às salvaguardas sociais e ambientais, incluindo o Programa de Educação Ambiental que acompanhará todas as intervenções do Programa.

Para além disso, este Componente contará com a criação do Centro de Cooperação da Cidade para melhor coordenar as agências responsáveis pelos temas de mobilidade, respostas a emergências e desastres e segurança, buscando aprimorar os sistemas de informação e comunicação já existentes no município, bem como melhorar a capacidade de análise de dados coletados. Este Centro de Cooperação da Cidade, que terá função estratégica ao integrar diferentes ações cotidianas de várias secretarias, com destaque para geração de boletins diários com informações públicas importantes para a vida do cidadão como trânsito, qualidade do ar, previsões meteorológicas emitidos diretamente do Sistema de Alerta Antecipado da Defesa Civil.



S - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

A proposta de um novo espaço físico para o Palácio Municipal proporcionará melhoria no funcionamento do mesmo, o que influenciará direta e/ou indiretamente nos serviços prestados aos munícipes e no bem estar dos servidores.

Para além da reestruturação física, a Administração Pública deve servir de exemplo e contar com servidores qualificados e capacitados ao desenvolvimento de suas funções com extrema qualidade e competência, por isso a proposta de Formações Continuadas para os servidores a fim de os qualificar.

P - Formação Continuada de Servidores

A melhoria da eficiência qualificada dos serviços prestados aos usuários necessita ser acompanhada, de forma processual, da contínua qualificação dos servidores de forma a acompanharem os processos de modernização e aprimorarem suas práticas e processos de trabalho. A formação continuada dos servidores se dará nas diferentes frentes de atuação do Programa, tais como:

- Formação em Mediação de Conflitos - Gestores e responsáveis pelos equipamentos de ação social, cidadania, educação, saúde e segurança.
- Formação em meio ambiente (gestão ambiental integrada, poluição do ar, resíduos sólidos, mudanças climáticas) para os gestores e técnicos que atuam na área.
- Formação em modernização tributária para os técnicos da área.
- Outros

P - Modernização e Adequação do Palácio Municipal

Será realizada uma reforma do prédio do Palácio Municipal Jerônimo Monteiro, de forma a adequá-lo às condições de acessibilidade e sustentabilidade, permitindo maior eficiência dos serviços, ofertando melhores condições de trabalho aos servidores e, acima de tudo, garantindo conforto e segurança aos usuários dos serviços prestados.

O Palácio Municipal Jerônimo Monteiro, sede do Governo de Vitória, foi construído na década de 1970 e abriga as secretarias da Fazenda, da Administração, de Governo, de Gestão, Planejamento e Comunicação, de Turismo, Trabalho e Renda, além dos gabinetes do Prefeito e do Vice Prefeito, da Procuradoria Geral e da Controladoria Municipal.

Além de não ter sido contemplado a mais de 40 anos, quando de sua edificação, com as condições de acessibilidade e de sustentabilidade, suas estruturas internas não atendem mais às exigências de conforto e qualidade para um qualificado atendimento aos munícipes que a ele acorrem para dar andamento aos assuntos de seus interesses.

A reforma e modernização do prédio do Palácio Municipal Jerônimo Monteiro proporcionará maior eficiência no atendimento prestado aos cidadãos, melhores condições de trabalho para os servidores públicos municipais, assim como o adequará às exigências legais atuais quando à acessibilidade para os cidadãos e contribuirá para sua eficiência ambiental, gerando inclusive redução de custos para seu funcionamento.

P - Centro de Cooperação da Cidade

O objeto deste produto é a construção de um ambiente integrado, multidisciplinar, o qual deverá ser dotado dos conceitos mais avançados de tecnologia, como a implementação de uma arquitetura centralizada de TI e a integração e otimização de todas as atividades e funções requisitadas nas operações de gestão. Será um ambiente físico crítico no qual convergirão os dados e informações coletados e processados, que aliados aos conhecimentos operacionais existente, suportados por sistemas dedicados, formarão a inteligência necessária ao gerenciamento das operações, permitindo ainda, o acionamento e o controle dos recursos que irão prever, neutralizar ou impedir a ocorrência de riscos ou minimizar seus efeitos.

As funcionalidades deverão ser analisadas em termos de três tarefas vitais:

Informe e Alerta;

Controle e Comando;

Verificação e Documentação.

Ações a serem implementadas:

- Construção de um edifício Inteligente / Sustentável para o CCC;
- Contratação de serviços de arquitetura e design;
- Aquisição de mobiliário técnico e corporativo;
- Aquisição de equipamentos para Tecnologia da Informação (processamento e, armazenamento de dados, backup e rede);
- Aquisição de sistemas de climatização inteligentes visando o reuso de água;
- Aquisição de geradores e nobreaks;
- Aquisição de solução para captação de energia fotovoltaica;
- Aquisição de sistemas de detecção e combate a incêndio;
- Aquisição e implantação de Sistema de Controle de Acesso;
- Aquisição e implantação de Sistema de Monitoramento do Ambiente;
- Aquisição e implantação de Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e infraestrutura;
- Implantação de Sistemas de Inteligência para o videomonitoramento e de Controle de Tráfego em Tempo Real (ANEXO 61 - MAPA REDE FIBRA E ANTENAS - METROVIX)

O CCC terá a participação direta de diversos órgãos da PMV, dentre os quais a Defesa Civil, cuja proposta de aperfeiçoamento de suas ações é apresentada a seguir.

ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL



A COMPDEC - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil é responsável pelo planejamento, articulação, coordenação, mobilização e gestão das ações de Proteção e Defesa Civil no município. A principal atribuição da Defesa Civil é conhecer e identificar os riscos de desastres no município.

Com este conhecimento é possível à Administração Pública preparar-se para enfrentar os riscos de desastres a partir da elaboração de planos específicos objetivando a redução destes por meio de ações preventivas e de preparação. Para melhorar a capacidade de mitigar os desastres, será necessária a reestruturação da Defesa Civil a partir de aquisição de diversos materiais e equipamentos, conforme (ANEXO 62 - AÇÕES E PROJETOS DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL PARA CAPTAÇÃO, ANEXO 63 - PLAN.ORCAMENTARIA MATERIAL-EQUIPAMENTOS-DEFCIVIL, ANEXO 64 - TERMOS-REFERENCIA_DEFCIVIL), que proporcionará o suporte à equipe e ao município, bem como dos técnicos da COMPDEC, durante a execução das ações que competem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Assim, visando dar continuidade aos trabalhos da COMPDEC é necessária não só a aquisição dos materiais e equipamentos, mas fundamentalmente trabalhar na prevenção, de forma que os cidadãos possam ser alertados em tempo hábil através de sistemas de alertas não só nos locais de risco, mas também, através de boletins meteorológicos a serem divulgados futuramente através do CCC.

O monitoramento das áreas de risco é realizado em regiões onde não é recomendada a construção de casas ou instalações em local de vulnerabilidade a desastres naturais, como desabamentos e inundações. Em Vitória, vêm sendo realizados vários projetos no sentido de reassentamento e reestruturação dessas áreas, além da conscientização da população.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco - PMRR existem em todo município um total de 1.888 moradias em situação de risco, contabilizando aproximadamente 7.500 pessoas residentes nessas áreas.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Vitória não possui monitoramento meteorológico próprio. As informações quando necessárias são consultadas no INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural e INMET e ou fornecidas através de alertas emitidos por SMS pelo CEMADEN.

S - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Este subcomponente é dedicado à administração do programa, que inclui não apenas a gestão do Programa em si, mas também a contratação dos estudos de impacto ambiental, supervisão de obras e outros que forem necessários a adequada implantação das ações, bem como monitoramento, avaliação e auditoria externa das ações.

P - Apoio ao Gerenciamento

Ao longo da execução do Programa serão necessárias contratações de técnicos especializados e consultorias ao bom desempenho do Programa Iniciativa Cidade Emergentes e Sustentáveis - Primeira Etapa, bem como aquisição de equipamentos para atender às demandas da UCP, dentre outras ações, indispensáveis ao bom desempenho do programa.

P - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)

A Unidade Coordenadora do Programa (UCP) será exercida pela Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP, com o objetivo de executar o gerenciamento de todas as operações relativas à preparação, às negociações, à execução e à prestação de contas do programa Vitória Sustentável - Primeira Etapa. É o elo formal entre o município e a instituição financiadora, respondendo por todos os compromissos e responsabilidades assumidos contratualmente.

A UCP tem como funções principais a administração, o planejamento, a supervisão, o controle e o monitoramento geral do Programa. Suas responsabilidades específicas incluem: (i) assegurar a participação e coordenação das Secretarias e Entidades do Município de Vitória em todos os aspectos relacionados ao Programa; (ii) preparar os planos anuais de obras e aquisição de bens e serviços, verificando sua elegibilidade; (iii) revisar e aprovar os projetos e estudos; (iv) acompanhar a execução das obras e a provisão de bens e serviços; (v) apoiar o desenvolvimento dos processos de licitação promovidos pela Comissão Especial de Licitação; (vi) acompanhar a elaboração de contratos e verificar o cumprimento dos acordos, a entrega de produtos e o alcance de resultados; (vii) zelar pela manutenção dos sistemas para a administração e pagamento de contratos e serviços; (viii) zelar pela manutenção dos sistemas contábeis e financeiros e sua correspondente estrutura de controle interno; (ix) zelar pela manutenção dos sistemas de documentação e arquivo; e (x) ser o interlocutor do Banco e do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em assuntos relacionados ao Programa, responsabilizando-se por manter a informação atualizada para que estes realizem as revisões de rotina e especiais, além de suas atividades típicas.

A UGP contará com uma equipe de assessoria técnica nas áreas de administração, arquitetura, contabilidade, direito, economia, meio ambiente, engenharia e sociologia para dar suporte às demandas decorrentes do desenvolvimento do Programa e contará com o apoio de uma Comissão Especial de Licitação - CEL, que será responsável por licitar os objetos constantes do Programa e que se relaciona diretamente com a Comissão Permanente de Licitação e a Gerência de Contratos e Convênios, da Secretaria de Obras e Habitação.

Participam da UGP o Coordenador Geral, o Coordenador Executivo, as Coordenações dos Componentes, subcomponentes e produtos, os membros da CEL, além das equipes técnicas locais em cada uma das secretarias envolvidas no Programa.

ANEXO 63- DECRETO DA UGP

ANEXO 64 - DECRETO DA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO



P - Estudos e Projetos

Este produto tem por objetivo a contratação de estudos e projetos para futuras intervenções no município, por meio das seguintes ações:

- Contratação de projeto para a Orla Noroeste - Fase 1 - Etapa B
- Contratação de projeto para a Orla Noroeste - Fase 2 - Etapas A, B e C
- Revisão do Plano de Mobilidade Urbana
- Plano Diretor Integrado do Centro Histórico
- Diagnóstico e projeto de Rede de Monitoramento por meio de Modelagem Matemática
- Projeto de Urbanização do Canal de Camburi
- Outros

P - Supervisão de Obras

A supervisão de obras é um conjunto de atividades desenvolvidas por empresas de engenharia consultiva, especializadas e com equipe técnica capacitada em: exercer a fiscalização de serviços específicos, representar o poder público, decidir questões de interpretação do projeto, especificações e normas, avaliar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais empregados e dos serviços executados, assim como do produto acabado.

Também é de responsabilidade das empresas ter conhecimento dos termos contratuais, a fim de dar apoio ao Poder Público Municipal no cumprimento dos cronogramas físico-financeiros, melhorando a qualidade técnica de execução quanto aos prazos e custos do empreendimento.

A supervisão tem como objetivo exercer os controles gerenciais, visando a melhoria na qualidade de execução da obra de modo a garantir que ela atenda, fundamentalmente, às seguintes exigências:

- fidelidade ao projeto executivo e à funcionalidade estabelecida;
- atendimento às especificações, normas, procedimentos da PMV, da ABNT ou do projeto executivo;
- garantir a qualidade de acordo com as especificações pertinentes, dentro da melhor técnica executiva, sobre os materiais, processos e equipamentos;
- pleno atendimento às condições contratuais e à legislação vigente;
- atendimento à legislação e exigências ambientais, assim como da proteção do patrimônio;
- atendimento ao cumprimento dos prazos, valores, e na correlação entre o cronograma físico e o cronograma financeiro;
- atendimento ao cumprimento dos requisitos necessários para a manutenção da segurança e operação do tráfego;
- atendimento aos requisitos do Manual de Normas e Procedimentos da PMV.

Em qualquer situação, a supervisora subordina-se à orientação da Prefeitura Municipal de Vitória.

Os serviços de supervisão e fiscalização de obras serão objeto de contratação de empresa especializada no âmbito do Programa e são essenciais para garantir a qualidade na execução das obras, a durabilidade dos empreendimentos, assim como o cumprimento do cronograma físico-financeiro na implantação do projeto executivo.

P - Monitoramento e Avaliação

Segundo a Escola Nacional de Administração Pública, sistemas de supervisão e monitoramento pode ser entendido, em sentido lato, como o conjunto de atividades - articuladas, sistemáticas e formalizadas - de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão de políticas públicas, de seus programas, produtos e serviços, por meio das organizações, agentes e públicos-alvo envolvidos, com a finalidade de subsidiar a tomada decisão quanto aos esforços necessários para aprimoramento da ação pública. Trata-se, pois, de um conjunto de atividades inerentes ao ciclo de gerenciamento da produção das políticas públicas, voltadas à sistematização da informação acerca dos aspectos considerados críticos para sucesso dos programas.

Define também como:

- Monitoramento: tem o propósito de subsidiar os gestores com informações mais simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento (Jannuzzi, 2009); e,

- Avaliação: tem o propósito de subsidiar os gestores com informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento e os efeitos do programa, levantadas nas pesquisas de avaliação.

"(...) É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados" (Vaitsman, Rodrigues e Paes-Sousa, 2006, p. 21).

O monitoramento e as avaliações do Programa serão realizados por consultoria técnica especializada contratada especificamente para este fim.

P - Auditoria Externa

A auditoria externa ou independente ?é uma atividade que, utilizando-se de procedimentos técnicos específicos, tem a finalidade de atestar a adequação de um ato ou fato com o fim de imprimir-lhe características de confiabilidade?.(<http://www.portaldecontabilidade.com.br>).



Visa apurar o uso de recursos públicos, ou seja, se os recursos financeiros, humanos ou de infraestrutura foram geridos em respeito às normas que regulam o seu uso.

A auditoria externa, portanto, possui como objetivo a comprovação da exatidão dos registros contábeis, propor soluções e melhorias para o aperfeiçoamento dos controles e sistemas da empresa contratante, verificação da correta apresentação e divulgação das demonstrações contábeis no período, emissão de parecer sobre os processos auditados. (<http://www.portaleducacao.com.br>).

A auditoria externa será objeto de contratação de empresa especializada e autorizada pelo agente financiador.

P - Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)

Monitoramento Ambiental consiste na realização de medições e/ou observações específicas, dirigidas a alguns poucos indicadores e parâmetros, com a finalidade de verificar se determinados impactos ambientais estão ocorrendo, podendo ser dimensionada sua magnitude e avaliada a eficiência de eventuais medidas preventivas adotadas (Bitar & Ortega, 1998).

Segundo Machado (1995), a elaboração de um registro dos resultados do monitoramento é de fundamental importância para o acompanhamento da situação, tanto para a empresa e para o Poder Público, como também para a realização de auditoria.

Para o controle, prevenção ou correção dos efeitos negativos previstos e, também, para a potencialização dos impactos positivos, o Programa propõe um conjunto de medidas mitigadoras, organizadas na forma de um Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, dotado de programas ambientais voltados, essencialmente, à comunicação social, ao controle e monitoramento ambiental das obras, à recomposição da cobertura vegetal e ao cadastramento de fontes de poluição. Essas medidas serão agrupadas na forma de Programas Ambientais, incluindo o Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental que acompanhará todas as intervenções.

Categoria de Gasto	Unidade de medida	Meta	Valor	% Financeiro
Obras	-	-	104.738.281,25	83,79
P- Ações de Prevenção em Ação Social	dolar	0,00	1.093.750,00	0,88
P- Ações de Prevenção em Educação		0,00	13.125.000,00	10,50
P- Ações de Prevenção em Saúde	dolar	0,00	8.281.250,00	6,62
P- Centro de Cooperação da Cidade	dolar	0,00	12.500.000,00	10,00
P- Centro de Referência de Triagem	dolar	0,00	9.375.000,00	7,50
P- Contenção de Encostas	dolar	0,00	4.687.500,00	3,75
P- Modernização e Adequação do Palácio Municipal	dolar	0,00	5.625.000,00	4,50
P- Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária		0,00	50.050.781,25	40,04
Consultoria	-	-	4.218.750,00	3,38
P- Auditoria Externa	dolar	0,00	312.500,00	0,25
P- Monitoramento e Avaliação	dolar	0,00	312.500,00	0,25
P- Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa	dolar	0,00	2.187.500,00	1,75
P- Supervisão de Obras	dolar	0,00	1.406.250,00	1,12
Serviços que Não de Consultoria	-	-	5.537.500,00	4,43
P- Apoio ao Gerenciamento	dolar	0,00	937.500,00	0,75
P- Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)	dolar	0,00	4.600.000,00	3,68
Capacitação e Treinamento	-	-	625.000,00	0,50
P- Formação Continuada de Servidores	dolar	0,00	625.000,00	0,50
Outros	-	-	9.880.468,75	7,90
P- Ações de Prevenção em Esporte	dolar	0,00	812.500,00	0,65
P- Ações de Promoção dos Direitos Humanos	dolar	0,00	783.593,75	0,63
P- Ações de Revitalização Cultural	dolar	0,00	1.096.875,00	0,88
P- Ampliação da Cobertura Vegetal do Município	dolar	0,00	1.406.250,00	1,12
P- Estruturação da Segurança Pública	dolar	0,00	1.406.250,00	1,12
P- Estudos e Projetos	dolar	0,00	2.187.500,00	1,75
P- Fonte Viva	dolar	0,00	312.500,00	0,25
P- Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)	dolar	0,00	1.875.000,00	1,50
Total Geral	-	-	125.000.000,00	100,00

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS



O município, a luz da experiência com o Procidades Vitória e analisando as lições aprendidas, se estrutura cada dia mais para ter um desempenho eficiente na execução do Programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - Primeira Etapa. Dessa forma, a Unidade Gestora do Programa (UGP) foi reestruturada, com seus coordenadores e equipe técnica multidisciplinar junto à Assessoria Especial - Captação de Recursos (AE-CR), vinculada à Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação (SEGES). A assessoria técnica da UGP passou a contar com uma equipe multidisciplinar com profissionais de sociologia, de biologia, de engenharia, de arquitetura, de direito, de contabilidade, de administração e de economia, contemplando assim um núcleo capacitado para a captação e gestão de recursos nacionais e de recursos internacionais

Dentro desse contexto, na linha de investimentos contínuos em ações prioritárias e providências macro da gestão, o Município também elaborou e/ou revisou seus Planos Municipais para ter os subsídios norteadores de sua ação em todos os campos das políticas públicas, fornecendo elementos contributivos para sua capacidade de gestão, tais como:

ANEXO 65 - Estudo de Caracterização Morfodinâmica, Restauração e Manutenção das Praias Oceânicas de Vitória

ANEXO 66- Plano Municipal de Segurança Cidadã

ANEXO 67 - Plano Municipal de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva

ANEXO 68 - Plano Municipal de Juventude

ANEXO 69 - Plano Municipal de Cultura

ANEXO 70 - Revisão do Plano Municipal de Educação

ANEXO 71 - Revisão do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR)

ANEXO 72 - Plano de Contingência do Município (Defesa Civil)

ANEXO 73 - Plano de Mobilidade Urbana

O novo Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU) 2016-2026 foi elaborado com ampla discussão em várias plenárias com os cidadãos das 09 (nove) Regiões Administrativas da cidade e com o Conselho Municipal do PDU, recebendo, ainda, demandas e proposições pelo site "Minha Vitória" para análise. Atualmente, o Projeto de Lei está na Câmara de Vereadores para votação e aprovação na Câmara (ANEXO 74 - PROPOSTA DE LEI PDU 2016-2026).

O Plano de Ação Vitória Sustentável foi a primeira etapa realizada mais importante a ser considerada, ressaltando os estudos do Instituto Pólis e as modelagens da CISCO (ANEXO 75 - ESTUDOS DA CISCO), que resultaram na indicação das diretrizes e ações determinantes ao desenvolvimento da proposta aqui apresentada.

Complementar esse quadro, a PMV vem realizando uma série de ações relacionadas aos 03 (três) componentes propostos conforme a seguir (ANEXO 76 - ETAPAS REALIZADAS):

COMPONENTE 1 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE

No campo de estudos e projetos, foi realizada a realização o Concurso Internacional de Estudos Preliminares de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para a Orla Noroeste de Vitória culminando com a de empresa que elaborou os projetos básicos de arquitetura da primeira fase da intervenção da Baía Noroeste.

Várias ações de fomento à economia local e incentivo ao turismo foram desenvolvidos no território noroeste da ilha como atrativos para os novos investimentos (Festival da Torta Capixaba, Requalificação do Galpão das Paneleiras de Goiabeiras, dentre outros) (ANEXO 77- PROJETOS ORLA NOROESTE (1 AO 42)).

Em referência à Mobilidade Urbana, foram feitos investimentos para ampliação da malha cicloviária, a partir das indicações do Plano de Mobilidade Urbana elaborado. Neste contexto, foram implantados 1.000 paraciclos e o sistema de compartilhamento de bicicletas Bike Vitória - resultado de parceria com o SICOOB e a UNIMED - que disponibiliza 30 estações e 360 bicicletas (dentre adulto e infantil). Além disso, houve a compatibilização de projetos e apoio ao Governo do Estado que possibilitam a integração das ciclovias e afins. Em atenção às novas propostas, a implantação da ciclovia da Av. Rio Branco e da ciclovia da Rua da Grécia já possuem projetos geométrico e urbanístico.



Com atenção voltada na busca de tornar Vitória uma Cidade Inteligente foi ampliada a rede de serviços Vitória Online (agendamento de consultas, matrículas, emissão de documentos, informações sobre direitos humanos, expansão da cobertura da rede wi-fi e etc). Além disso, foi ampliado também o sistema de videomonitoramento e realizado parcerias e convênios com empresa de aplicativos digitais como Waze.

A gestão municipal também está preparando a cidade para ser referência em qualidade de vida e limpeza urbana, com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da Lei Municipal nº 9.145/2017 que aprovou o Plano Municipal de Coleta Seletiva para os próximos 20 (vinte) anos. Neste panorama, desenvolve ações contínuas de educação ambiental nos equipamentos públicos e para a implantação do Centro de Referência de Triagem de Resíduos Sólidos já existem projetos executivos e complementares orçados, Licença Ambiental Prévia e autorização do Corpo de Bombeiros e Alvará de Localização (ANEXO 78- PROJETO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE TRIAGEM DE VITÓRIA).

Nos últimos anos, o Município criou várias unidades de conservação da natureza, permitindo a ampliação de uma carteira de terras aptas legalmente para fins de recuperação da cobertura vegetal, visando dar celeridade ao processo de sucessão ecológica natural dessas áreas, além de realizar o enriquecimento com espécies nativas nos reflorestamentos realizados durante a década de 1980 e 1990. Foram realizadas inúmeras ações de revitalização, recuperação, manutenção, infraestrutura, enriquecimento vegetal, dentre outros, em 11 (onze) áreas protegidas apresentadas no ANEXO 79 - Áreas Protegidas do Município de Vitória.

Após período de maiores investimentos na recuperação florestal no Município de Vitória, os recursos financeiros foram direcionados para obras civis de contenção de encostas em virtude dos riscos geológicos monitorados por meio do Projeto Mapeamento de Áreas de Encostas e ampliados com a elaboração do Plano Municipal de Riscos (PMRR - ANEXO 80) em 2008 e sua revisão em 2016.

Em 2014 e 2015 foram elaborados, com consultoria do Consórcio Idom-Cobrape (ANEXO 81 - ESTUDOS DO CONSÓRCIO IDOM-COBRAPE), um Inventário de Gases de Efeito Estufa e Manual de Mitigação e um estudo Vulnerabilidade diante dos Riscos Naturais no contexto das Mudanças do Clima na Grande Vitória, com foco no município de Vitória. Esse Manual permitirá a realização de inventários futuros e passados mantendo a coerência de cálculo, assim como garantindo os princípios do "Global Protocol For Community-Scale Greenhouse e Gas Emissions" (GPC).

Foi realizado também um Estudo Base de Mudanças Climáticas, Riscos Naturais, e Crescimento Urbano em Cidades Emergentes e Sustentáveis com enfoque na Vulnerabilidade e Riscos Naturais para o desenvolvimento de assessoramento sobre riscos de desastres e vulnerabilidade atual, e em relação com mudanças climáticas. Neste estudo constaram: Seleção dos processos mais importantes na zona de Estudo, Análise dos processos (susceptibilidade, risco), Calibração dos mapas obtidos, Análise socioeconômica e de vulnerabilidade, Proposta de atividades para reduzir os riscos.

Especificamente, no campo das mudanças climáticas, o Município de Vitória através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente aderiu a participação no CDP Cities no ano de 2014, uma das plataformas oficiais do "Covenant of Mayors for Climate and Energy" - a junção de duas iniciativas Compact of Mayors e Covenant of Mayors - formando uma coalizão global de prefeitos, anunciada na cúpula de Nova York para a redução das emissões de GEE e aumento da resiliência às alterações climáticas. O município disponibilizou os dados de lançamento de GEE da Região Metropolitana de Vitória, elaborado no contexto do Programa Cidades Inteligentes.

No ano de 2015, foram feitos ajustes complementares, tendo em vista que a plataforma do CDP adotou alguns dados usados por Vitória, melhorando o conteúdo do mesmo, tais como: informações para georreferenciamento, dentre outros. No formulário 2015, o CDP introduziu a temática do Pacto dos Prefeitos (Compact of mayors) e o município disponibilizou os dados de lançamento de GEE da Região Metropolitana de Vitória, elaborado no contexto do Programa Cidades Inteligentes, convênio com a Caixa Econômica e BID.

Além deste documento, foi assinado pela Prefeitura de Vitória através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com o Independent Professional Services Company (IDOM) um manual como objetivo de servir de guia para a utilização da ferramenta de cálculo para inventários de gases de efeito estufa no município de Vitória, e grande Vitória. Este Manual permitirá a realização de inventários futuros e passados mantendo a coerência de cálculo, assim como garantindo os princípios do "Global Protocol For Community-Scale Greenhouse e Gas Emissions" (GPC).

Em agosto de 2016 foi criado o Comitê Técnico Municipal Sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de estudar, analisar, articular e integrar o conhecimento sobre mudanças e adversidades climáticas, no espectro de suas causas e efeitos, para a proposição de políticas públicas e ações de mitigação e adaptação aos eventos extremos do clima.



A prefeitura trabalha para propor e executar ações de prevenção à violência e à criminalidade a partir de estratégias de inclusão social, buscando a participação comunitária no desenvolvimento das ações e atuando de forma efetiva no monitoramento da cidade, através do sistema de videomonitoramento que contribui para a gestão do município, garantindo o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Em Vitória, cada vez mais o esporte tem ganhado visibilidade e se tornou uma das principais ferramentas de inclusão, ocupação dos espaços públicos, promoção da saúde e bem-estar e reunião das famílias. Dessa forma, 03 (três) quadras foram reformadas e ganharam cobertura (nos bairros República, Andorinhas e Comdusa); houve a implantação de 06 campos de futebol com grama sintética (nos bairros Resistência, Joana D'Arc, Goiabeiras, Grande Vitória, Itararé, Curva da Jurema); foram criados 20 núcleos de escolinhas de esporte (em diversas modalidades, como basquetebol, futebol, handebol, natação, ginástica artística, voleibol, tênis de mesa, atletismo, judô, entre outras); foram implantadas dezenas de academias populares a céu aberto e academias populares para pessoas idosas, com aulas e exercícios orientados. A manutenção dos equipamentos esportivos vai ao encontro dessa linha. Bolsas para manutenção e desenvolvimento têm sido concedidas a atletas de alto desempenho em níveis estadual, nacional e internacional por meio da Lei Jayme Navarro.

Na área da Cultura, têm sido desenvolvidas ações dos projetos A Arte é Nossa, Circuito Cultural e Circuito de Praças de Vitória; realizadas atividades (cursos, oficinas e eventos) na Casa da Juventude; houve a implantação da Biblioteca Pública Municipal em nova sede; o lançamento de editais voltados à premiação de projetos culturais, além da seleção de projetos culturais por meio da Lei Rubem Braga; e a construção do Centro de Artes e Esportes Unificado no bairro Santo André na região da Orla Noroeste, entendendo serem essas ações de maior contribuição que o município pode dar: prevenção à violência por meio de ações voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de paz.

Com relação à Educação, houve ampliação do atendimento escolar em tempo integral com 46 escolas da rede pública municipal (em 2014 o total era de 6.273 matrículas nessa modalidade, somando educação infantil e ensino fundamental). Foram construídas 04 escolas (EMEF Prezideu Amorim, EMEF Professora Eunice Pereira Silveira, CMEI Aécio Bispo dos Santos - Jaburu, CMEI Ana Maria Chaves Colares), reformada e ampliada 01 escola (EMEF Álvaro de Castro Matos), e criadas 03 escolas em tempo integral (EMEF Eunice Pereira Silveira, EMEF Anacleto Schneider Lucas, EMEF Moacyr Avidos). A Prefeitura Municipal tem, ainda, desenvolvido o Projeto Educação em Direitos Humanos / Escola Promotora de Direitos Humanos que trabalha com os estudantes das últimas séries do ensino fundamental.

A Assistência Social do Município também tem realizado atividades com a juventude, por meio do projeto ?Ação Fala Jovem? que tem como principal objetivo a criação de políticas públicas voltadas para essa faixa etária.

Quanto ao campo de formação para o mercado de trabalho, foram realizadas atividades de Inclusão Produtiva (7920 atendimentos realizados); ofertados 11 cursos de iniciação profissional para o público em situação de vulnerabilidade social (nas áreas de gastronomia, artesanato, beleza e estética, e administrativa); ofertadas 280 vagas em cursos e outras formações para o aprimoramento profissional; organizados 03 grupos produtivos; e implantados 09 espaços fixos de comercialização para produtores.

Na área da Segurança, em 2013 houve a criação da Guarda 24hs (com ampliação do efetivo geral em 31,58% - Agentes Comunitários e Agentes de Trânsito, retomada do 3.º turno de serviço, criação da Patrulha Social, entrega de 04 Bases Operacionais 24hs - nos bairros Centro, Ilha das Caieiras, Jardim Camburi e Andorinhas); aparelhamento (aquisição de 200 armas de choque, munições, 20 kits para de proteção individual para controle de distúrbios civis, uniformes, protetor solar e auricular, 600 conjuntos de galochas e capas de chuva); e realização de cursos de capacitação (Capacitação para Porte de Arma Semi-automática, Curso de requalificação dos Agentes de Trânsito, Curso de Emprego de Equipamento Não-letal - Spray de Pimenta Espuma, Curso de Motociclista Batedor, Oficina de Formação para Atores e Manipuladores de Bonecos do Grupo de Teatro da Guarda, Estágio de Qualificação Profissional para Agentes Comunitários de Segurança, Formação em Pilotagem de Quadriciclos para a Guarda Municipal, Curso de Motopatrulhamento, Curso avançado de Inglês para atuação durante a Copa do Mundo, Reestruturação do Projeto Guarda em Forma, com a retomada das atividades de natação e corrida, e Curso de manuseio e utilização do Dispositivo de Condução de Energia - DCE Spark / armas de choque).

Em 2015, foi concluído o Plano Municipal de Segurança Cidadã, que tem como sua principal meta a redução dos índices de homicídios e crimes contra o patrimônio na cidade. O Plano busca aprimorar e otimizar a estrutura político-administrativa da Secretaria Municipal de Segurança Urbana para articular e integrar a Guarda Civil Municipal de Vitória às comunidades e às demais Secretarias e agências de Defesa Social, mobilizando esforços, equipamentos e recursos a fim de garantir e manter a paz social a partir da prevenção permanente da criminalidade e das manifestações de violência. As ações desse Plano foram divididas em seis eixos: prevenção e controle de delitos; fortalecimento da relação política, comunidade e justiça; contexto socio-urbanos seguros; prevenção da violência contra mulher e infância (como exemplo o Botão do Pânico implantado); redução dos fatores de risco e por último, fortalecimento da coesão social.

Efetivamente, ações de prevenção se mostraram eficazes na redução da violência. Os índices de homicídios no município atestam este conceito: de 2015 para 2016 a redução foi de 30%.



Paralelamente, a Prefeitura de Vitória vem buscando ampliar o contingente da guarda municipal, treinar e equipar adequadamente para suportar as ações de segurança pública.

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

A modernização dos sistemas e do uso da tecnologia torna disponível para a Administração Pública as informações precisas necessárias para facilitar o processo de tomada de decisão e para dar condições para que as funções de gestão, planejamento, organização, controle e direção sejam executadas de maneira eficaz.

No campo de licenciamentos e emissão de alvarás, foi desenvolvido um software "Sigavix", sistema que agilizará e simplificará os processos de licenciamento, além de permitir maior agilidade na implantação de novas atividades econômicas no município.

Como forma de incrementar sua arrecadação de Imposto Sobre Serviço (ISS), a Prefeitura de Vitória criou, por meio do decreto nº 16.082, o Nota Vitória, que permite que o contribuinte receba de volta parte do valor pago em impostos.

Foi realizada recentemente a modernização da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (SEMFA/SUB-TI), com a construção da nova sede, aquisição de equipamentos, capacitação dos servidores e aquisição de novo storage.

A Prefeitura de Vitória implantou o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública de Vitória, o Refis Vitória, para diminuir a inadimplência dos tributos. Com isso, o contribuinte tem a possibilidade de parcelar débitos de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Taxas de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) e Iluminação Pública (Cosip) e multas por infração à legislação do município.

ANEXO 83 - DECRETO Nº 16. 972 Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para realização do processo administrativo para o licenciamento ambiental, de posturas e sanitário.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: Municipal

MUNICÍPIO DE VITÓRIA(ES)

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

Apresentamos abaixo os segmentos que serão objetos das intervenções propostas pelo Plano de Ação Vitória Sustentável - Primeira Etapa.

COMPONENTE 1 - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE

Subcomponente 1.1 - Requalificação Urbana da Orla Noroeste

- Diretamente - 33.746 moradores dos bairros da Região Administrativa de São Pedro, empreendedores, comerciantes e fornecedores de bens e serviços às atividades econômicas locais, na área de abrangência da intervenção do programa. (Fonte: IBGE, 2010)

- Indiretamente - População estimada do município: 363.140 habitantes (Fonte: IBGE, 2017)

- Subcomponente 1. 2 - Sustentabilidade Ambiental Urbana e Redução da Vulnerabilidade e a Riscos Naturais

- Diretamente - Cerca de 120 famílias, numa população estimada de 480 habitantes nas áreas de entorno de encostas.(Fonte: PMV, 2017)

- Indiretamente - População estimada do município: 363.140 habitantes. (Fonte: IBGE, 2017)

COMPONENTE 2 - SEGURANÇA CIDADÃ



Subcomponente 2.1 - Prevenção Social da Violência

Diretamente

- Cerca de 29 mil adolescentes e jovens na faixa etária entre 14 e 25 anos de idade das 5 regiões administrativas objeto de intervenção do Programa. (Fonte: IBGE, 2010)

- 167.161 pessoas residentes em bairros com carência de equipamentos e serviços públicos e com índices expressivos de violência, das 5 regiões administrativas objeto de intervenção do Programa. (Fonte: IBGE, 2010)

- Indiretamente - População estimada do município: 363.140 habitantes (Fonte: IBGE, 2017)

Subcomponente 2.2 - Aparelhamento/Capacitação da Guarda Municipal Cidadã

- Diretamente - cerca de 600 profissionais da área de segurança urbana

- Indiretamente - População estimada do município: 363.140 habitantes (Fonte: IBGE, 2017)

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS

Subcomponente 3.1 - Modernização da Gestão

Diretamente

- Cerca de 2 mil servidores públicos municipais, em especial os da administração fazenda, gestão e planejamento, controle, e

- Cerca de 171.077 mil contribuintes do município

- Indiretamente - População estimada do município: 363.140 habitantes (Fonte: IBGE, 2017)

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

População da cidade de Vitória e, indiretamente, também a população da Grande Vitória.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda de Referência: Dólar

Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US \$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	25.000.000,00	1,00	25.000.000,00
Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US \$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	100.000.000,00	1,00	100.000.000,00
Total:			125.000.000,00		125.000.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

Concordo

4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

A Coordenação Geral do Programa será exercida pelo Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, com a Coordenação Executiva da Assessoria Especial - Captação de Recursos;

A coordenação do Componente I - Desenvolvimento Urbano e Gestão Sustentável da Cidade será exercida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras e Habitação;

A coordenação do Componente II - Segurança Cidadã será exercida pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana em conjunto com a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos.



A coordenação do Componente III - Fortalecimento Institucional e Gerenciamento de Programas será exercida pela Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação em conjunto com a Secretaria de Fazenda.

A coordenação dos Subcomponentes ficará definida no novo decreto da UGP que será publicado após a aprovação da nova Carta Consulta.

4.2. Execução/Executores

Executor: Prefeitura Municipal de Vitória - ES Representante Oficial: Luciano Santos Rezende Endereço da Sede: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 E-mail Institucional: Telefone: (27)3335-8622 CNPJ: 27142058000126	Fax: UF:
---	-------------

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 Anos

4.4. Execução/Cronograma

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		TOTAL CF	TOTAL BID
		FONTES			
		CF	BID		
C - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE	68.019.531,25	1.931.250,00	8.740.429,69		
S - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE	59.425.781,25	1.500.000,00	7.882.617,19		
P - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária	50.050.781,25	1.500.000,00	6.007.617,19		
P - Centro de Referência de Triagem	9.375.000,00	0,00	1.875.000,00		
S - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE E A RISCOS NATURAIS	8.593.750,00	431.250,00	857.812,50		
P - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município	1.406.250,00	0,00	210.937,50		
P - Fonte Viva	312.500,00	0,00	46.875,00		
P - Contenção de Encostas	4.687.500,00	103.125,00	600.000,00		
P - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa	2.187.500,00	328.125,00	0,00		
C - SEGURANÇA CIDADÃ	26.599.218,75	900.000,00	3.089.882,81		
S - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA	25.192.968,75	900.000,00	2.878.945,31		
P - Ações de Revitalização Cultural	1.096.875,00	0,00	164.531,25		
P - Ações de Prevenção em Saúde	8.281.250,00	300.000,00	942.187,50		
P - Ações de Prevenção em Educação	13.125.000,00	600.000,00	1.368.750,00		
P - Ações de Prevenção em Ação Social	1.093.750,00	0,00	164.062,50		
P - Ações de Promoção dos Direitos Humanos	783.593,75	0,00	117.539,06		
P - Ações de Prevenção em Esporte	812.500,00	0,00	121.875,00		
S - APARELHAMENTO/ CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ	1.406.250,00	0,00	210.937,50		
P - Estruturação da Segurança Pública	1.406.250,00	0,00	210.937,50		
C - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA	30.381.250,00	918.750,00	3.638.437,50		
S - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	18.750.000,00	93.750,00	2.718.750,00		
P - Formação Continuada de Servidores	625.000,00	0,00	93.750,00		
P - Modernização e Adequação do Palácio Municipal	5.625.000,00	18.750,00	825.000,00		
P - Centro de Cooperação da Cidade	12.500.000,00	75.000,00	1.800.000,00		
S - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	11.631.250,00	825.000,00	919.687,50		
P - Apoio ao Gerenciamento	937.500,00	0,00	140.625,00		
P - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)	4.600.000,00	690.000,00	0,00		
P - Estudos e Projetos	2.187.500,00	0,00	328.125,00		
P - Supervisão de Obras	1.406.250,00	88.125,00	122.812,50		
P - Monitoramento e Avaliação	312.500,00	0,00	46.875,00		
P - Auditoria Externa	312.500,00	46.875,00	0,00		
P - Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)	1.875.000,00	0,00	281.250,00		
Total	0,00	3.750.000,00	15.468.750,00	0,00	0,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 2		TOTAL CF	TOTAL BID
		FONTES			
		CF	BID		
C - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE		2.575.000,00	11.028.906,25		
S - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE		2.000.000,00	9.885.156,25		
P - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária		2.000.000,00	8.010.156,25		
P - Centro de Referência de Triagem		0,00	1.875.000,00		
S - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE E A RISCOS NATURAIS		575.000,00	1.143.750,00		
P - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município		0,00	281.250,00		
P - Fonte Viva		0,00	62.500,00		



P - Contenção de Encostas		137.500,00	800.000,00		
P - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa		437.500,00	0,00		
C - SEGURANÇA CIDADÃ		1.200.000,00	4.119.843,75		
S - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLENCIA		1.200.000,00	3.838.593,75		
P - Ações de Revitalização Cultural		0,00	219.375,00		
P - Ações de Prevenção em Saúde		400.000,00	1.256.250,00		
P - Ações de Prevenção em Educação		800.000,00	1.825.000,00		
P - Ações de Prevenção em Ação Social		0,00	218.750,00		
P - Ações de Promoção dos Direitos Humanos		0,00	156.718,75		
P - Ações de Prevenção em Esporte		0,00	162.500,00		
S - APARELHAMENTO/ CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ		0,00	281.250,00		
P - Estruturação da Segurança Pública		0,00	281.250,00		
C - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA		1.225.000,00	4.851.250,00		
S - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO		125.000,00	3.625.000,00		
P - Formação Continuada de Servidores		0,00	125.000,00		
P - Modernização e Adequação do Palácio Municipal		25.000,00	1.100.000,00		
P - Centro de Cooperação da Cidade		100.000,00	2.400.000,00		
S - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA		1.100.000,00	1.226.250,00		
P - Apoio ao Gerenciamento		0,00	187.500,00		
P - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)		920.000,00	0,00		
P - Estudos e Projetos		0,00	437.500,00		
P - Supervisão de Obras		117.500,00	163.750,00		
P - Monitoramento e Avaliação		0,00	62.500,00		
P - Auditoria Externa		62.500,00	0,00		
P - Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)		0,00	375.000,00		
Total		0,00	5.000.000,00	20.000.000,00	0,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 3		TOTAL CF	TOTAL BID
		FONTES			
		CF	BID		
C - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE		3.862.500,00	15.605.859,37		
S - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE		3.000.000,00	13.890.234,37		
P - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária		3.000.000,00	12.015.234,37		
P - Centro de Referência de Triagem		0,00	1.875.000,00		
S - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE E A RISCOS NATURAIS		862.500,00	1.715.625,00		
P - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município		0,00	421.875,00		
P - Fonte Viva		0,00	93.750,00		
P - Contenção de Encostas		206.250,00	1.200.000,00		
P - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa		656.250,00	0,00		
C - SEGURANÇA CIDADÃ		1.800.000,00	6.179.765,63		
S - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLENCIA		1.800.000,00	5.757.890,63		
P - Ações de Revitalização Cultural		0,00	329.062,50		
P - Ações de Prevenção em Saúde		600.000,00	1.884.375,00		
P - Ações de Prevenção em Educação		1.200.000,00	2.737.500,00		
P - Ações de Prevenção em Ação Social		0,00	328.125,00		
P - Ações de Promoção dos Direitos Humanos		0,00	235.078,13		
P - Ações de Prevenção em Esporte		0,00	243.750,00		
S - APARELHAMENTO/ CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ		0,00	421.875,00		
P - Estruturação da Segurança Pública		0,00	421.875,00		
C - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA		1.837.500,00	7.276.875,00		
S - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO		187.500,00	5.437.500,00		
P - Formação Continuada de Servidores		0,00	187.500,00		
P - Modernização e Adequação do Palácio Municipal		37.500,00	1.650.000,00		
P - Centro de Cooperação da Cidade		150.000,00	3.600.000,00		
S - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA		1.650.000,00	1.839.375,00		
P - Apoio ao Gerenciamento		0,00	281.250,00		
P - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)		1.380.000,00	0,00		
P - Estudos e Projetos		0,00	656.250,00		
P - Supervisão de Obras		176.250,00	245.625,00		
P - Monitoramento e Avaliação		0,00	93.750,00		
P - Auditoria Externa		93.750,00	0,00		
P - Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)		0,00	562.500,00		
Total		0,00	7.500.000,00	29.062.500,00	0,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 4		TOTAL CF	TOTAL BID
		FONTES			
		CF	BID		
C - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE		2.575.000,00	11.028.906,25		
S - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE		2.000.000,00	9.885.156,25		
P - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária		2.000.000,00	8.010.156,25		
P - Centro de Referência de Triagem		0,00	1.875.000,00		
S - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE E A RISCOS NATURAIS		575.000,00	1.143.750,00		
P - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município		0,00	281.250,00		
P - Fonte Viva		0,00	62.500,00		
P - Contenção de Encostas		137.500,00	800.000,00		
P - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa		437.500,00	0,00		
C - SEGURANÇA CIDADÃ		1.200.000,00	4.119.843,75		
S - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA		1.200.000,00	3.838.593,75		
P - Ações de Revitalização Cultural		0,00	219.375,00		
P - Ações de Prevenção em Saúde		400.000,00	1.256.250,00		
P - Ações de Prevenção em Educação		800.000,00	1.825.000,00		
P - Ações de Prevenção em Ação Social		0,00	218.750,00		
P - Ações de Promoção dos Direitos Humanos		0,00	156.718,75		
P - Ações de Prevenção em Esporte		0,00	162.500,00		
S - APARELHAMENTO/ CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ		0,00	281.250,00		
P - Estruturação da Segurança Pública		0,00	281.250,00		
C - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA		1.225.000,00	4.851.250,00		
S - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO		125.000,00	3.625.000,00		
P - Formação Continuada de Servidores		0,00	125.000,00		
P - Modernização e Adequação do Palácio Municipal		25.000,00	1.100.000,00		
P - Centro de Cooperação da Cidade		100.000,00	2.400.000,00		
S - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA		1.100.000,00	1.226.250,00		
P - Apoio ao Gerenciamento		0,00	187.500,00		
P - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)		920.000,00	0,00		
P - Estudos e Projetos		0,00	437.500,00		
P - Supervisão de Obras		117.500,00	163.750,00		
P - Monitoramento e Avaliação		0,00	62.500,00		
P - Auditoria Externa		62.500,00	0,00		
P - Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)		0,00	375.000,00		
Total		0,00	5.000.000,00	20.000.000,00	0,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 5		TOTAL CF	TOTAL BID
		FONTES			
		CF	BID		
C - DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CIDADE		1.931.250,00	8.740.429,69	12.875.000,00	55.144.531,25
S - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE		1.500.000,00	7.882.617,19	10.000.000,00	49.425.781,25
P - Requalificação Urbana da Orla Noroeste e Integração Cicloviária		1.500.000,00	6.007.617,19	10.000.000,00	40.050.781,25
P - Centro de Referência de Triagem		0,00	1.875.000,00	0,00	9.375.000,00
S - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE E A RISCOS NATURAIS		431.250,00	857.812,50	2.875.000,00	5.718.750,00
P - Ampliação da Cobertura Vegetal do Município		0,00	210.937,50	0,00	1.406.250,00
P - Fonte Viva		0,00	46.875,00	0,00	312.500,00
P - Contenção de Encostas		103.125,00	600.000,00	687.500,00	4.000.000,00
P - Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar e Plano de Redução dos Gases de Efeito Estufa		328.125,00	0,00	2.187.500,00	0,00
C - SEGURANÇA CIDADÃ		900.000,00	3.089.882,81	6.000.000,00	20.599.218,75
S - PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA		900.000,00	2.878.945,31	6.000.000,00	19.192.968,75
P - Ações de Revitalização Cultural		0,00	164.531,25	0,00	1.096.875,00
P - Ações de Prevenção em Saúde		300.000,00	942.187,50	2.000.000,00	6.281.250,00
P - Ações de Prevenção em Educação		600.000,00	1.368.750,00	4.000.000,00	9.125.000,00
P - Ações de Prevenção em Ação Social		0,00	164.062,50	0,00	1.093.750,00
P - Ações de Promoção dos Direitos Humanos		0,00	117.539,06	0,00	783.593,75
P - Ações de Prevenção em Esporte		0,00	121.875,00	0,00	812.500,00
S - APARELHAMENTO/ CAPACITAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL CIDADÃ		0,00	210.937,50	0,00	1.406.250,00
P - Estruturação da Segurança Pública		0,00	210.937,50	0,00	1.406.250,00
C - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA		918.750,00	3.638.437,50	6.125.000,00	24.256.250,00
S - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO		93.750,00	2.718.750,00	625.000,00	18.125.000,00
P - Formação Continuada de Servidores		0,00	93.750,00	0,00	625.000,00
P - Modernização e Adequação do Palácio Municipal		18.750,00	825.000,00	125.000,00	5.500.000,00
P - Centro de Cooperação da Cidade		75.000,00	1.800.000,00	500.000,00	12.000.000,00
S - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA		825.000,00	919.687,50	5.500.000,00	6.131.250,00
P - Apoio ao Gerenciamento		0,00	140.625,00	0,00	937.500,00



P - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP)		690.000,00	0,00	4.600.000,00	0,00
P - Estudos e Projetos		0,00	328.125,00	0,00	2.187.500,00
P - Supervisão de Obras		88.125,00	122.812,50	587.500,00	818.750,00
P - Monitoramento e Avaliação		0,00	46.875,00	0,00	312.500,00
P - Auditoria Externa		46.875,00	0,00	312.500,00	0,00
P - Programas do MGAS/ PGAS (inclui o Programa de Educação Ambiental)		0,00	281.250,00	0,00	1.875.000,00
Total	125.000.000,00	3.750.000,00	15.468.750,00	25.000.000,00	100.000.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

As contratações de serviços de consultoria serão realizadas pela CEL de acordo com o "Manual de Licitações de Serviços de Consultoria" do BID, respeitados os procedimentos constantes no "Manual de Procedimento", da CGM/PMV e demais instrumentos legais que regem este tipo de contrato no país. A Gerência de Contratos e Convênios da Procuradoria Geral do Município, bem como a Gerência de Contratos e Convênios da SEMOHAB possuem expertise em trabalhar com recursos captados e foram fundamentais para a agilização do cumprimento de 14 (quatorze) objetos repactuados com o PROCIDADES, nos últimos 2 (dois) anos.

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

O Programa se desenvolverá em áreas de interesse ambiental, para tanto todas as medidas estão sendo tomadas conforme pode ser observado nos anexos aos produtos e ações.

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

O cenário de redução orçamentária que se desenvolveu em função do fim do FUNDAP, com aprofundamento consequente à crise econômica nacional e internacional, levou a gestão municipal a proceder uma série de ajustes fiscais e de redução e controle de gastos de tal ordem que, mesmo tendo perdido um orçamento nos quatro anos da administração 102/2016, permitiu que honrasse todos os seus compromissos, mantivesse a qualidade dos serviços com reconhecimento nacional e internacional, e encerrasse a gestão de forma superavitária, em total acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Toda a crise arrecadatária que se abateu sobre as finanças públicas e os ajustes realizados representam um dos elementos propulsores deste Programa que visa a alteração gradual da matriz econômica, conforme já relatado, de forma a superar sustentavelmente a perda de receitas e permitir que o município retome sua capacidade de investimentos.

5.8. Execução/Contatos

CPF: 71063129753 Nome: Luciano Santos Rezende Orgão: Secretaria de Governo Estado: ES Endereço: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 - Bento Ferreira CEP: 29050-945 Cargo: Prefeito Telefone: 2733358622 Celular: 27999690910	Município: MUNICIPIO DE VITORIA E-mail: lsrezende@correio1.vitoria.es.gov.br Fax: Tipo: Titular
---	--

CPF: 05473878733 Nome: Fabricio Gandine Aquino Orgão: Secretaria de Planejamento, Gestão e Comunicação Estado: ES Endereço: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 - Bento Ferreira CEP: 29050-945 Cargo: Secretario de Planejamento, Gestão e Comunicação Telefone: 27999897782 Celular: 27996023096	Município: MUNICIPIO DE VITORIA E-mail: fgandini@gmail.com Fax: Tipo: Substituto
--	---



CPF: 09222730739
Nome: Renata Salles Pirola
Orgão: Secretaria de Planejamento, Gestão e Comunicação
Estado: ES
Endereço: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 - Bento Ferreira
CEP: 29050-945
Cargo: Subsecretaria de Captação de Recursos
Telefone: 2733358615
Celular: 27998777758
Município: MUNICIPIO DE VITORIA
E-mail: rspirola@correio1.vitoria.es.gov.br
Fax:
Tipo: Técnico

CPF: 12327339707
Nome: Evelyn de Almeida Campos
Orgão: Secretaria de Planejamento, Gestão e Comunicação
Estado: ES
Endereço: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 - Bento Ferreira
CEP: 29050-945
Cargo: Coordenador de Acompanhamento de Recursos Internacionais
Telefone: 2733358604
Celular:
Município: MUNICIPIO DE VITORIA
E-mail: eacampos@correio1.vitoria.es.gov.br
Fax:
Tipo: Técnico

CPF: 08340661736
Nome: Rosana de Souza Murari
Orgão: Secretaria de Planejamento, Gestão e Comunicação
Estado: ES
Endereço: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927, Bento Ferreira
CEP: 29050-945
Cargo: Gerente de Gestão e Monitoramento de Recursos Captados
Telefone: 2733358604
Celular:
Município: MUNICIPIO DE VITORIA
E-mail: rsmurari@correio1.vitoria.es.gov.br
Fax:
Tipo: Técnico

Informações relevantes

- 02/02/2017: Realizado GTEC apresentação em 25/01/2017.